

## Duas décadas de Brasil

Edição comemorativa

Ana Paula Goulart Ribeiro

Gabriela Silva Leite

Jean-Pierre Leroy

João Luiz Duboc Pinaud

Marta Suplicy

Dom Mauro Morelli

Paulo Botas

Plínio Arruda Sampaio

Zwinglio M. Dias



Primeira edição de TEMPO E PRESENÇA  
junho de 1979



# É tempo de festa!

20 anos de  
Tempo e Presença

## *Vamos comemorar!*

TEMPO E PRESENÇA, desde 1979, vem afirmando o compromisso com o ecumenismo, pelo conteúdo dos textos com base na análise, na crítica e na reflexão.

E sem alterar a profundidade e a qualidade de sua essência, TEMPO E PRESENÇA foi reformulada editorial e graficamente, com o objetivo de oferecer o melhor aos leitores e também ficar em pé de igualdade com o arrojo de suas matérias.

Mais uma vez a Revista marca presença e se prepara, revigorada, para estar ao seu lado na virada do milênio, seguindo com a luta em prol da informação, da verdade, da justiça e da paz.



Revista bimestral de KOINONIA  
Maio/junho de 1999  
Ano 21 - nº 305

### KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129  
22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Telefone (0\*\*21) 224-6713  
Fax (0\*\*21) 221-3016  
E-mail koinos@ax.apc.org

### CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Messeder Pereira  
Emir Sader  
Ivoni Reimer  
José Oscar Beozzo  
Francisco Catão  
Jether Pereira Ramalho  
Maria Emília Lisboa Pacheco  
Sérgio Marcus Pinto Lopes  
Tânia Mara Sampaio Vieira

### CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Rodrigues Brandão  
Ivone Gebara  
Jurandir Freire Costa  
Leonardo Boff  
Luiz Eduardo Wanderley  
Rubem Alves

### EDITOR

José Bittencourt Filho

### EDITORA ASSISTENTE E

JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Helena Costa  
Mtb 18619

### EDITORA DE ARTE

E DIAGRAMADORA  
Anita Slade

### COPIDESQUE

Paulo Roberto Salles Garcia

### REVISOR

Carlos Cunha

### SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Mara Lúcia Martins

### CAPA E PROJETO GRÁFICO

Sônia Susini. Fotos AJB, José Roberto  
Serra e Ariovaldo Santos

### PRODUÇÃO GRÁFICA

Roberto Dalmaso

### FOTOLITOS

Graftex

### IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não traduzem  
necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso  
R\$ 3,00

Assinatura anual

R\$ 18,00

Assinatura de apoio

R\$ 25,00

Assinatura/exterior

US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

### KOINONIA

**Um novo século ecumênico-civilizatório** 6

### DUAS DÉCADAS DE BRASIL

#### INJUSTIÇA

**Anistia, prêmio e castigo** 7

João Luiz Duboc Pinaud

#### BALANÇO

**Dez anos de eleições diretas  
para presidente** 10

Plínio Arruda Sampaio

#### CATOLICISMO

**Garizim ou Jerusalém** 13

Dom Mauro Morelli

#### PROTESTANTISMO

**As mutações do protestantismo  
latino-americano** 16

Zwinglio M. Dia

#### TEMPLOS

**Brasil, mostra a tua cara** 20

Paulo Botas

#### GÊNESE

**Por uma consciência ecológica** 23

Jean-Pierre Leroy

#### DIGNIDADE

**Cidadania e profissionais do sexo** 25

Gabriela Silva Leite

#### RESGATE

**Jornais: memória ou amnésia?** 28

Ana Paula Goulart Ribeiro

### TEMPO E PRESENÇA

**Duas décadas de Brasil: destaques** 31

Helena Costa

### JUBILEU

**Os grandes: aquém da necessidade  
dos povos** 38

### PRESENÇA

**Mulheres e poder** 41

Marta Suplicy

### RUBEM ALVES

**O padre Marcelo** 45



## Esta edição é comemorativa

do aniversário de *TEMPO E PRESENÇA* (junho de 1979). Para tanto, em consonância com o objetivo de *KOINONIA* em contribuir para a edificação de uma sociedade brasileira mais justa e democrática, pretendemos lançar um olhar sobre as duas últimas décadas da vida nacional, marcadas por profundas transformações, avanços e retrocessos que vão desde a redemocratização política até a ampliação do exercício da cidadania, passando pela multiplicação surpreendente de propostas religiosas, a afirmação de novos movimentos sociais, o recrudescimento dos contrastes socioeconômicos, o incremento da violência, o aprofundamento da consciência ecológica, e tantos outros eventos sociais significativos.

Assim sendo, tentamos dar preferência a um elenco de temas que consideramos fundamentais que atravessam horizontalmente a cultura brasileira e que gravitam em torno da grande questão nacional: a ética das relações sociais de todos os matizes. Cremos que, neste ponto, a sociedade brasileira ainda não encontrou seu caminho, a despeito da avassaladora propaganda oficial a mostrar-nos um país que teria recuperado sua dignidade após o trauma do impedimento de Fernando Collor. As muitas denúncias de escândalos poderiam representar apenas uma ampliação positiva da liberdade de imprensa. Contudo, como não são devidamente apuradas, indicam apenas vivermos inseridos num quadro artificial e superficial, em que as raízes da corrupção, dos desmandos e do crime organizado nunca são alcançadas, para preservar elites perversas e anônimas que continuam a exercer o poder de fato.

O mais grave de tudo isso é a campanha devastadora contra a soberania e as instituições jurídicas que existem para defender direitos adquiridos pela sociedade brasileira ao longo de décadas, sobretudo direitos das maiorias empobrecidas. Sob o pretexto de "reforma" constitucional está em gestação uma nova ordem jurídica cujo propósito precípuo é criar as condições favoráveis para que se imponham ainda mais os interesses do capital internacional. A ética está sendo relegada a um plano secundário para que se estabeleça a ganância como critério, e isto sob o manto ideológico do "pensamento único" com inspiração neoliberal. Na esteira desses determinantes, expandem-se as propostas religiosas adaptativas, ou seja, aquelas cuja finalidade principal é a "sacralização" das novas relações sociais que nascem desse estado de coisas e, por isso mesmo, anti-ecumênicas, corporativas e subordinadas a uma lógica empresarial.

*Tempo e Presença* tem buscado prestar sua colaboração no sentido de que os sinais do Reino de Deus se façam mais e mais nítidos na terra brasileira. Só o fizemos até aqui porque pudemos exibir em nossas páginas o pensamento e as reflexões daquelas e daqueles que continuam sua luta em favor de um mundo mais fraterno a quem dedicamos especialmente esta edição comemorativa.

*KOINONIA* é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, *KOINONIA* tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros), acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, *KOINONIA* (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

**Biblioteca - Koinonia**

(X) Cadastrado

(X) Processado

... "Perdoa as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores"...

PELO CANCELAMENTO DA DÍVIDA DO TERCEIRO MUNDO



## Prezados Senhores

Recebi as comunicações para renovação de assinatura, porém não havia conseguido tempo ainda para enviar. Gosto muito da revista **TEMPO E PRESENÇA**. Não quero deixar de ser assinante. Portanto estou agora enviando o cupom de assinatura junto com o cheque.

Um grande abraço! Continuem com essa linha de pensamento e visão crítica. Precisáramos de mais revistas assim. Parabéns!

*Elisabet R. Tonezer*  
Caxias do Sul/RS

## Prezados irmãos de caminhada

Confirmo meu apoio a este grande trabalho de conscientização feito por KOINONIA com a renovação da assinatura da revista **TEMPO E PRESENÇA** por mais um ano. Peço desculpas por não poder doar a mesma para um colega.

Sem mais despeço-me desejando-lhes tudo de bom e as bênçãos do nosso bom Deus.

*Sebastião José Paula*  
Rio Claro/MG

Gostaria de parabenizar os redatores e articulistas da revista **TEMPO E PRESENÇA**. Esta nos ajuda imensamente no trabalho pastoral e acadêmico.

A arquidiocese de Goiânia em parceria com a Casa da Juventude Padre Burnier estão promovendo o curso de formação para assessores "Escola de Educadores de Adolescentes e Jovens". Acredito que muitos artigos desta revista servirão de subsídios por a maior capacitação dos jovens, por isso, desejo assiná-la.

*Welma Alega Terra*  
Goiânia/GO

A existência de periódicos críticos, comprometidos com a justiça e com a

formação política dos leitores, fundamentados em princípios éticos e construtores de uma sociedade com respaldo na justiça social e na solidariedade, tem sido cada vez mais escassa em nosso país.

Por esta razão renovar a assinatura da revista **TEMPO E PRESENÇA** se faz necessário, principalmente porque quando se conclui a leitura de cada uma das suas páginas se tem a certeza do compromisso dessa revista com a construção de um Brasil decente para todos os brasileiros.

Parabéns, que a equipe de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço continue auxiliando os brasileiros, sobretudo a juventude a refletir acerca da nossa realidade, capacitando-os para a construção do novo milênio.

*Waldecir Ferreira Chagas*  
João Pessoa/PB

As publicações de KOINONIA trazem o otimismo de viver o dia a dia na esperança de que os povos do mundo tenham sua soberania política.

*Antônio de Souza Tôrres*  
Olinda/PE

## Saudações

Paz e Bem a todos da revista **TEMPO E PRESENÇA**

Eu sou uma leitora da revista Mundo Jovem e lendo-a encontrei uma dica sobre a revista **TEMPO E PRESENÇA**. Me interessei. Sou professora e coordenadora de um grupo de jovens e creio que essa revista pode ter uns conteúdos interessantes para se trabalhar.

*Isony Vilas Boas Alcântara*  
Distrito de Angeral/BA



# Um novo século ecumênico-civilizatório

***O compromisso com o ecumenismo, assumido por nós há vinte anos, sempre esteve para além dos conceitos pequenos, mesmo os limitados a grupos religiosos. Era muito mais um sonho comprometido com um processo civilizatório. Neste alvorecer de outro século, iniciador de outro milênio, apesar da poda de muitos sonhos, renovamos as esperanças e fortalecemos os ânimos, para reafirmar esses mesmos sonhos jamais traídos por nossas páginas.***

Diante das consequências nefastas sobre nossas sociedades verificadas na última década, devemos nos perguntar se o chamado processo de globalização nada mais é que uma construção da ideologia do pensamento único que deve se refutada radicalmente pela proposta de um projeto que leve às últimas consequências o compromisso ecumênico. É importante, portanto, reconhecer-se que estaríamos diante da necessidade de um novo projeto civilizatório que teria como base a assunção da dupla dinâmica resultante da

globalização e da localização. Para que a oposição não desemboque em violência e barbárie, é necessário que o projeto se edifique ecumenicamente como uma síntese que não signifique a negação dos contrários, mas que potencialize sua imbricação ecumênica nas diversas dimensões e âmbitos do econômico, do social, do político, do cultural e das diferentes identidades.

Tal projeto deveria:

- Garantir a interdependência das diferentes culturas e identidades, para o livre desenvolvimento das culturas distintas em igualdade de direitos e do reconhecimento das diversas identidades, com o correspondente correlato político do direito à autodeterminação.

- Respeitar as restrições e os limites de nosso ecossistema, uma relação com a natureza próxima da existente nas culturas de povos não-ocidentais.

- Substituir o intercâmbio desigual e a sobreexploração dos povos em benefício do capital, como acontece agora, pela reciprocidade e pelo desenvolvimento sustentável dos povos.


- Fortalecer no político as instâncias supra-estatais com uma adequada partilha de atribuições e níveis de decisão e uma radical democratização das estruturas e mecanismos locais de participação e representação políticas. Passaria por uma profunda transformação do sistema atual de partidos e pela

reinvenção das formas e mecanismos da participação popular.

- Reverter do processo que tem levado, no mundo ocidental, à autonomização perversa da esfera cognitiva (a ciência), da esfera moral da prática social (a ética política) e da esfera expressiva (o âmbito da arte e das emoções humanas) e à monopolização de cada uma delas por especialistas, para conseguir sua reintegração e reapropriação cotidiana pelo comum dos humanos. Isso faz desaparecer a espécie de muralha que define e designa espaços e éticas separadas para o público e o privado.

- Avançar em direção de uma sociedade não-discriminatória de gênero e sexo, em que cada indivíduo possa combinar a própria personalidade e características únicas.

- Construir processos de trabalho em que as relações de produção não sejam de dominação, e uma nova ética faça possível o desenvolvimento dos componentes não alienados e mais criativos das culturas do trabalho.

O novo projeto para o próximo século significaria, assim, um verdadeiro processo ecumênico de secularização, sem outras sacralizações que dessem lugar a fundamentalismos doutrinários, sejam eles econômicos, políticos, ideológicos ou religiosos. 

# Anistia, prêmio e castigo

João Luiz Duboc Pinaud

O saldo da Lei de Anistia não é positivamente justo: impunidade para torturadores e assassinos e restrições quanto aos direitos dos vitimados. Esse é o pano de fundo sobre o qual o autor analisa a anistia. Em função de contradições e, acima de tudo, de injustiças, ele é contundente: conciliação, sim, mas esquecimento não



José Carlos Brasil/AJB

Em março de 1979, durante um jogo de futebol, o clamor pela anistia une esporte e política

Anistia, segundo Rui Barbosa, pode ser sacrifício da vitória à paz, ou, mais raramente, ato de magnanimidade política. É sempre inspirada por um governo vigoroso mas tolerante por associar a um triunfo a consagração moral das simpatias populares. Ou seria, como disse Ambrose Bierce (*Dicionário do Diabo*, 1842), magnanimidade do Estado para infratores que seria caro demais castigar? Surgem nítidas as antinomias do conceito: esquecimento/recalcamento, conciliação/impunidade. Ou diante de contextos semelhantes, prêmios para uns e castigo para outros.

O "esquecer para conciliar" foi geralmente o propósito historicamente assumido. Para Demóstenes, se devia

a Trasíbulo a salvação da *polis*. De fato, mediante pacto entre o general espartano e Trasíbulo, ajustou-se pela anistia com afirmação da paz entre Atenas e Esparta. Mas não foi ampla e irrestrita por excluir alguns de seus benefícios.

Sólon — 594 anos antes de nossa era — recompôs, num ato geral, direitos e privilégios dos *polites* condenados pelas decisões dos Arcontes. Em 405, submetido o império ateniense, Patrocleides obteve dos atenienses decisão de graça, restabelecendo direitos civis e políticos dos muitos cidadãos processados e condenados. Foram queimados arquivos criminais. E os atenienses juraram na Acrópole a recon-



# ANISTIA AMPLA

ciliação geral. A cláusula do juramento dizia: “Juro não me lembrar do passado, nem consentir que outrem o lembre”. O historiador Tucídides, sobre a guerra do Peloponeso (VII,73), escreveu: “Eles perdoaram, e daí avante conviveram em democracia”.

## CONDENAÇÃO OU ANISTIA?

A *amnéstia* grega, como “lei, não de perdão, mas de esquecimento”, reconhecida entre romanos como *lex oblivionis*, apagava da memória crime, culpa e pena. Algumas anistias brasileiras mantiveram linhas desse superar (sem interditar direitos dos vencidos) violências do passado. Foram predominantemente gerais, amplas, absolutas. Outras, como a de 21 de outubro de 1891 — sob Floriano Peixoto — estabeleceram a militares anistiados algumas restrições para retornar ao serviço. Rui Barbosa chamou-a de “anistia inversa” pois contrária à índole do instituto. O discurso de Rui pode ser aplicado aos conteúdos da recente Lei de Anistia obtida pelo povo em 1979.

Em 1964 (*Revista Civilização Brasileira*, n.1), Carlos Heitor Cony, denunciando a injustiça então vigente, apontara o dilema do governo militar: processar e condenar “regularmente”

os seus milhares de suspeitos ou conceder a anistia. E sendo impraticável o primeiro caminho (inexistiam processos e provas, mas só afastamento de opositores do governo) não havia como não sucumbir à segunda saída e anistiar.

Após difícil e duro movimento de resistência, as forças de oposição à ditadura instaurada em 1964 — protagonizadas em grande parte pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) — lograram, a partir de 1972, definir projeto de pacificação nacional por intermédio da anistia, da constituinte e, necessariamente, de eleições livres. O clamor da sociedade contra o governo militar — desde 1964, não ouvido por doze anos — motivara movi-

O clamor da sociedade  
contra o governo militar —  
desde 1964, não ouvido  
por doze anos — motivara  
movimentos afirmando  
o basta

mentos afirmando o basta. Foram, entre outros, os protestos na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC (Encontro Nacional pela Anistia de 1978) em São Paulo e Rio. Em Itaici, os bispos pediram anistia para os que se viram envolvidos em situações de desordem político-social. Reclamava-se, como saída para a crise, anistia total, sem restrições e barganha. Em 28 de agosto de 1979 foi, enfim, sancionada a lei da anistia. Tal momento político-legal apontava para a ultrapassagem da etapa autoritária e sob o rótulo anistia ampla e irrestrita apontava para a superação das violências então praticadas pelos sucessivos governantes.

José Geraldo de Souza Júnior (*Correio Brasiliense*, 28 de junho de 1996, e *Humanidades*, 13) observou: em nossa história a anistia tem registro e referência específicas a acordos das elites em ciranda, mas possui sentido consciente e libertário vindo da participação popular mediante a luta

pela democratização do País. Surgiu como mediação necessária impedindo a velha ordem de opor-se às consequências de sua realização.

## IMPUNIDADE A TORTURADORES, RESTRIÇÕES A VITIMADOS

Mas a anistia de 1979 não disfarçou suas contradições: impunidade para torturadores e assassinos e restrições quanto aos direitos dos vitimados. Não determinou a recomposição financeira dos atingidos. Posteriormente, o obrigar o Estado a indenizar (Lei 9140/95) os que haviam sido mortos pela repressão policial-militar do governo esbarrava no sobrevivente antagonismo. Por

# GERAL

Os atingidos com a supressão dos direitos políticos e civis (cassados, aposentados, etc.) transportaram no alforje, por vida, mutilações sem remédios

isso, Souza Júnior acentuou a validade da interpretação da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, aprovada pelo Conselho Federal: a obrigação civil de indenização está no âmbito da anistia.

A não-assimilação aos princípios da anistia pode ser exemplificada pela não-inclusão inicial do nome de Carlos Marighella — como de outros — no diagrama da lei de 1995, com leitura equívoca da expressão legal “tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas”.

Houve a recusa em reconhecer na lei seu conteúdo anistiador para negar aplicação aos que, tendo participado (ou acusados de participação) de atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tivessem falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas.

O poder continuava, após anistia, a não aceitar a responsabilidade pelos danos causados. Foi revivida, tantos anos depois, a mentalidade repressiva de 1964-1985, claramente recusada pela lei quando fixou a responsabilidade do Estado decorrente daquela violência política.

De fato não se poderia atribuir a uma lei anistiadora direção diametralmente oposta ao seu próprio valor político-jurídico: recomposição aproximativa de rupturas, compensando par-

cialmente os vitimados pelos erros anteriores. Seria inverter seu sentido e retrazer — tantos anos depois — conteúdos de arbítrio e crueldade que ela buscara superar. Em outras palavras, manter na interpretação os mesmos “critérios” dos agentes ao matarem Marighella. Ou “matar” outra vez os perseguidos políticos. Estava claro que tal lei não podia conceituar “situação política” pelas grades, paredes, muros, mas sim como condição de domínio e controle inescapáveis dentro do qual se inscreveria a morte por causas não naturais. E assim resultariam purgadas as próprias práticas violadoras do poder então vigente. Continha, portanto, teórico “perdão recíproco” cobrindo vio-

ladores e violados, perseguidos e perseguidores, torturados e torturadores, mortos e matadores. Enfim, hipoteticamente encontravam-se, nesse mútuo esquecimento, mútuo algoz Javert e o mutilado Jean Valjean. Mas os assassinados pelo governo eram, como na linguagem escravocrata do século XIX, “malvados mortos e presos”. No entanto, os Javert saíram ganhando com sua impunidade, embora seus crimes de torturar ou matar não tivessem motivação político-ideológica, enquanto os Valjean continuaram sem a recomposição plena dos seus direitos violados.


A decisão grega, já referida, excluiu da anistia os Trinta Tiranos que ti-

nham executado atrocidades. Seriam essas as antecedências dos recentes torturadores, sempre presentes na história brasileira?

O saldo da Lei de Anistia não é positivamente justo. Os torturadores e matadores, durante o regime militar, foram brindados por ela, pois transitaram imunes e impunes. Os atingidos com a supressão dos direitos políticos e civis (cassados, aposentados, etc.) transportaram no alforje, por vida, mutilações sem remédio.

Para esse tipo de perda não existem sanções de equivalência, senão o conviver com o perdido em todas as suas extensões. Aos torturados, os ferimentos dos flagelos a lhes pertencer na so-

# E IRRESTRITA

brevidade e a impossibilidade humana de apagar ou esquecer. Aos que morreram — assassinados no campo, em casas, em ruas-cárcere —, apenas suas próprias mortes, sem outras consequências na ordem das coisas. Somente o peso delas. Aos que sofreram com essas suas mortes, apenas a possibilidade subjetiva de sofrê-las. E a realidade de sabê-las impunes. Conciliação, talvez; esquecimento nunca. Eis as irremovíveis inerências de certos crimes. Aliás, nem os mortos poderiam — se pudessem — perdoar. Ou melhor, anistiar. 

João Luiz Duboc Pinaud, advogado e presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB).

# Dez anos de eleições diretas para presidente

Plínio Arruda Sampaio

Apenas uma nova gerência terá condições de substituir a "inserção subordinada no sistema internacional do capitalismo" por um projeto de retomada da construção nacional. A avaliação é do autor, que passeia pelos momentos e personagens marcantes no cenário político para avaliar os últimos dez anos em que a população pôde escolher o governante máximo do País

Estamos cumprindo uma década de eleições diretas para presidente da República. O que comemorar? O que lamentar? Qual o significado das escolhas feitas pelo eleitorado? Começamos pela eleição de 1989. Em toda a história do Brasil, a disputa do poder político foi travada entre candidatos reacionários contra menos reacionários ou entre direitistas contra populistas — uma certa variedade de posições, porém sempre dentro das classes dominantes, de modo que, independentemente do resultado, o poder não escapava jamais do seu férreo controle.

A novidade da eleição de 89 foi que as classes dominantes correram o risco de perder o controle do Poder Executivo para as classes populares. Foi um tremendo susto! Um susto que unificou as classes dominantes em torno da necessidade de resolver um problema que elas estavam "empurrando com a barriga" há mais de uma década: substituir o "modelo brasileiro de desenvolvimento", inviabilizado pelas transformações do capitalismo, por um novo modelo.

Não se tratava de um problema de fácil solução: mudar o modelo econômico implicava redefinição das posições dos integrantes do sistema de poder, favorecendo alguns, rebaixando outros, excluindo terceiros — escolhas sempre muito perigosas. Por isso mesmo, durante a década de 1980, as classes dominantes procuraram postergá-

las, cuidando exclusivamente de estatizar sua dívida interna e externa a fim de preservar sua riqueza; de assegurar a liquidez do seu capital; e de ocupar com civis o lugar que os militares relutantemente abandonavam.

Não tiveram coragem de enfrentar o dilema de fundo: prosseguir ou abandonar a construção nacional que, embora de modo sempre muito ambíguo, elas haviam liderado desde a independência. A hesitação ajudou a irrupção explosiva do povo no processo político. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Partido dos Trabalhadores (PT) surgiram todos em 1980, momento que marcou também o auge das CEBs. A pressão dessas forças resultou na Constituição-Cidadã de 1988 e na extraordinária campanha eleitoral de Lula em 1989.

## SUBORDINAÇÃO À NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL

Continuar construindo a Nação era correr o risco de partilhar o poder com o povo. A isso, as classes dominantes preferiram a renúncia. Optaram pela inserção subordinada do Brasil na nova ordem econômica e política internacional que as sete nações mais ricas estão construindo.

A rapidez com que esse consenso teve de ser formado — os angustiosos meses finais das eleições de 89 assim o comprovam — não permitiu às clas-





Ricardo Leoni/ AJB

Em 1989, no segundo turno das eleições presidenciais, os partidos de esquerda apoiaram a candidatura de Lula

ses dominantes o luxo de uma escolha criteriosa do timoneiro a quem caberia dirigir essa mudança de 180 graus na trajetória econômica, política e social do País. Elas foram obrigadas, pelas circunstâncias, a “engolir” Fernando Collor — um político arrivista, sem conexões com os centros do poder econômico e político, aqui e lá fora.

Mas a verdade é que Collor “fez o serviço”. Em poucos meses de intervenções, ele quebrou a lógica interna do “modelo brasileiro” e precipitou processos que desmantelaram as instituições econômicas e os fundamentos do estado da Era Vargas. A porta foi arrombada, a casa foi saqueada, mas construir um nova lógica econômica que oferecesse a produtores e consumidores parâmetros novos de comportamento era outra coisa. Collor não era

## A novidade da eleição de 89 foi que as classes dominantes correram o risco de perder o controle do Poder Executivo para as classes populares

homem para tamanha tarefa. Sua incompetência, patenteada no fracasso da revisão constitucional e na incapacidade de conter a inflação, determinou sua destituição.

O interregno Itamar Franco foi um tempo para rearticular, com calma, o que teve de ser articulado às pressas. O susto havia passado e as classes populares, além da derrota eleitoral de 1989, haviam sofrido dois golpes formidáveis: o debilitamento do movi-

mento sindical, como consequência da quebra do modelo da Era Vargas, e a alteração do equilíbrio internacional em decorrência da autodissolução da União Soviética.

Em clima de “compasso de espera”, as lideranças das classes dominantes puderam tecer novas alianças (aqui e no exterior), formular um plano para instalar uma nova porta na casa arrombada e encontrar a pessoa capaz de executá-lo.

## “ESQUEÇAM TUDO O QUE ESCREVI”

Um dia virão à luz os documentos das negociações e dos compromissos que possibilitaram a aliança Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB)-Partido da Frente Liberal (PFL)-Departamento de Estado dos Estados Unidos, em torno da candidatura Fernando Henrique Cardoso e que explicam sua fulminante vitória em 1994. Instalado no poder o seu candidato, o problema principal das classes dominantes passou a ser o da “credibilidade externa”. Isso se explica assim: para viabilizar a opção “inserção subordinada”, é preciso receber injeções maciças de capital estrangeiro. Mas este só se interessa por países que assegurem lucros elevados e garantam um clima de tranquilidade política e social.

Essa foi a primeira tarefa de Fernando Henrique Cardoso. Ele esforçou-se por cumpri-la. Suas viagens internacio-



nais, seu empenho em alterar a Constituição dirigiram-se todos nesse sentido, mas o principal foi a determinação e a frieza do governante no estrangulamento da greve dos petroleiros. Foi aí que os “olheiros” do grande capital internacional viram que ele estava falando sério quando pedia que “esquecessem tudo o que havia escrito”.

Cumprida essa etapa, suas atenções voltaram-se para a montagem de um dispositivo de poder destinado a imobilizar a oposição e para dotar seu grupo político de poder econômico, a fim de introduzir-se, de fato, no sistema de poder da República. O primeiro objetivo foi conseguido com êxito: há hoje no país um “quadrilátero de ferro” — Executivo, maioria situacionista do Legislativo, Judiciário e Mídia — que reproduz praticamente os tempos da ditadura militar. Naquela época, as oposições estavam asfixiadas pela truculência da repressão; hoje, pela violência sorridente do “quadrilátero de ferro”.

O segundo objetivo está sendo mais difícil e já criou situações difíceis, como o Sivam, as Pasta Rosa, a acusação de corrupção de deputados, a denúncia de depósitos de dinheiro nas Ilhas Cayman, o grampo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Comissão Parlamentar de Inquérito dos bancos.

Mas a dificuldade maior veio pelo

lado de um terceiro obstáculo: o capital estrangeiro não veio para o Brasil na proporção de que Fernando Henrique Cardoso precisava para eliminar as tendências inflacionárias e gerar renda suficiente a fim de dar uma atenção mínima aos problemas sociais. O resultado foi que, para conseguir o se-

**Ao lado do crescente  
ressentimento com os  
políticos e com as  
instituições do Estado,  
nota-se uma percepção  
cada vez mais clara de  
que as classes dominantes  
estão vendendo o País**

gundo mandato, ele teve que apelar para o mesmo mote que assegurou a reeleição de Menen: “Diante da ameaça de uma grave crise, é melhor que fique no poder quem já está nele”.


#### **O QUE COMEMORAR?**

O governo alardeia uma suposta melhoria no padrão de vida dos mais pobres em decorrência da queda da inflação. Mas, mesmo aqueles que acreditam nessas estatísticas estão sendo obrigados a reconhecer que eventuais ganhos nos dois primeiros anos do Real foram anulados pelos estragos causados pela recessão no emprego e nos sa-

lários. Movimentos como o dos sem-terra, dos sem-teto, dos índios, dos aposentados, dos ecologistas estão resistindo, e isto é motivo para comemoração.

Porém, mais do que comemorar, importa, neste balanço, explicar o retraimento do conjunto das classes populares após o avanço de 1989 e indagar quais as perspectivas em relação ao futuro. Esse retraimento é consequência direta das transformações do capitalismo: o capital adquiriu momentaneamente enorme superioridade sobre o Trabalho e está descontando o recuo do pós-guerra. Como diz Hobsbawm, “os ricos perderam o medo dos pobres”. As classes populares, tomadas de surpresa, retraíram-se no mundo e no Brasil, adotando estratégias individualistas, corporativistas e escapistas de sobrevivência.

Quanto ao futuro, cabe assinalar que os primeiros sinais de arrefecimento da contra-ofensiva reacionária já são evidentes: ao lado do crescente ressentimento com os políticos e com as instituições do Estado, nota-se uma percepção cada vez mais clara de que as classes dominantes estão vendendo o País. Esse estado de espírito é, por um lado, muito perigoso, pois fornece o caldo de cultura para o golpismo. Por outro, contudo, é muito positivo, pois “as transformações sociais ocorrem quando os de cima já não têm condições de governar, e os de baixo, já não suportam a dominação”.

Resta saber se surgirá uma força política apta a transformar esse estado de espírito em ação destinada a substituir a “inserção subordinada no sistema internacional do capitalismo” por um projeto de retomada da construção nacional — evidentemente, sob nova gerência. 

Plínio Arruda Sampaio é ex-deputado federal e diretor do *Correio da Cidadania*.

# De Puebla ao padre Marcelo Garizim ou Jerusalém

Dom Mauro Morelli

Nas últimas duas décadas verificaram-se transformações sem precedentes no campo religioso: Puebla (católica) e Oaxtepec (protestante) foram conferências continentais convocadas sob o signo da Teologia da Libertação e ainda no contexto dos regimes de Segurança Nacional. Na atualidade, os grandes fenômenos eclesiológicos são os pentecostalismos de diferentes matizes, como o do padre Marcelo Rossi (versão católica) e o da Igreja Universal do Reino de Deus (versão evangélica), ambos com forte presença na mídia. Os autores dos artigos que se seguem tentam captar o pano de fundo dessas transformações tão significativas e até desconcertantes

É importante observar que a implantação da Igreja Católica em nosso país traz as marcas da tutela do poder político e as seqüelas da decadência e corrupção que caracterizavam a cristandade na época do descobrimento. Os caminhos percorridos pela Igreja, nas últimas duas décadas, estão profundamente enraizados na história eclesial. Ao mesmo tempo, devem ser apreciados no contexto das tendências e aflições da globalização da economia.

A partir de minha experiência pessoal, vejo que o modo de ser e de agir da Igreja Católica nas duas últimas décadas se distancia e se diferencia muito das anteriores. Caminhei meus primeiros trinta anos de vida numa Igreja que se redescobria sal da terra e luz do mundo. A relevância da fé para a vida e para a história começava a entrar em pauta na definição dos rumos da ação pastoral e evangelizadora. A partir da luz verde de Pio XII para avanço dos estudos bíblicos (*Encíclica Divino afflante Spiritu*, 30/9/1943), do início da renovação litúrgica e da presença apostólica dos leigos na evangelização do mundo, a Igreja passa por um processo de mudança que desemboca no mar imenso do Concílio convocado por João XXIII e levado a bom termo por Paulo VI.

A criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Movimento por Mundo Melhor foram as bases da preparação e da articulação dos bispos para o Concílio. Logo após

seu encerramento, o episcopado entregou à Igreja no Brasil o Plano de Pastoral de Conjunto, uma proposta de renovação conciliar de sua vida e missão.

Em 1963 e 1964, no centro dos anos conciliares, passou a linha divisória que ao mesmo tempo indicou ruptura e início de um novo modo de ser e de agir da Igreja no Brasil. Pela última vez, como ocorrera ao longo de nossa história, às vezes ingênua, outras tantas pecadora, a Igreja foi coadjuvante e submissa aos poderes que constituíram o Estado Brasileiro a serviço de um projeto econômico jamais pensado para garantir e promover a cidadania de 100% dos brasileiros. A Igreja foi suporte e avalista das marchas por Deus, pela Pátria e pela Família, que abriram caminho para a ditadura.

Em 1978, com o recrudescimento da repressão e com a realização da Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, aconteceu a separação definitiva entre Igreja e Estado. Sejam quais forem as tendências predominantes, creio que dificilmente a Igreja voltará a ter o mesmo relacionamento e parceria com o poder, haja vista a ineficácia das gestões da Igreja com o atual governo.

## TEMPOS DE PURIFICAÇÃO E DE CONVERSÃO

O alto percentual de credibilidade de que a Igreja goza entre a opinião pública, demonstrado pelas pesquisas, é fruto de um longo processo de matura-



ração e, sem dúvida, dos confrontos com o poder. Se para a maioria do povo brasileiro a ditadura foi uma desgraça, para a Igreja foi ocasião de purificação e de conversão. Diria, mesmo, que a Igreja não teve escolha. Foi tomada de assalto pelos perseguidos. Os últimos espaços de liberdade de expressão e de reunião eram os recintos sagrados ou religiosos. Sem escolha ou alternativa, pois é de sua natureza ser testemunha e servidora da vida com dignidade e esperança, a Igreja foi-se convertendo ao índio, aos camponeses e aos operários; aos discriminados, marginalizados e excluídos. Pela defesa dos direitos humanos, das terras das comunidades indígenas, do salário dos trabalhadores e da reforma agrária, a Igreja experimentou em muitos de seus membros sofrimentos e violências, como calúnia, tortura e morte.

Não se entende o longo e sofrido caminho da abertura e democratização sem a participação da Igreja e sem a militância dos pobres e pequenos que honram o Evangelho nas comunidades inseridas nos porões e periferias da nossa "civilização". Mulheres e homens trabalhadores, por primeiro, denunciaram e se manifestaram contra a espoliação do País, o arbítrio e os crimes da tortura e do extermínio. Muito mais tarde, a classe média e tantos outros foram obrigados a acordar para a verdade do Brasil e a impostura do regime opressor. Aliás, com frequência a classe média se esquece de que seu futuro está na aliança com os pobres e excluídos.



Douglas Mansur

O diálogo inter-religioso é uma das características do "novo jeito de ser igreja" das CEBs

Um jeito novo de ser Igreja fascinou teólogos e produziu mártires. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Teologia da Libertação são as referências maiores para o período da história brasileira em que a Igreja Católica foi-se distanciando dos poderosos até o rompimento nos anos mais terríveis da repressão.

Em 1979, a Conferência de Puebla, convocada e aberta pelo Papa João Paulo II, confirmou e ampliou os caminhos traçados por Medellín sem trazer, contudo, novo vigor. O longo processo de abertura e a conquista da liberdade e dos direitos políticos foram arrefecendo e abrandando o jeito de ser Igreja, testemunha da justiça, defensora da liberdade e promotora da cidadania.

#### **MUDANÇAS NO MUNDO, MUDANÇAS NA IGREJA**

Ao longo do período, mudanças profundas e rápidas, frutos do desencanto e da falta de perspectiva, para não di-

**Por meio do Movimento Carismático e similares a Igreja Católica lota estádios e ruas, sem que isso contribua para a promoção e o avanço da cidadania**

zer de esperança, vêm atingindo os povos de todo o mundo. Cresce o número dos desenraizados e expulsos de sua própria base humana e cultural, acossados pelo progresso, pela fome e pelas intermináveis e sucessivas guerras. Multidões vagueiam sem destino ou acampam em lugares inóspitos ou nas periferias das metrópoles.

A derrocada dos projetos socialistas é saudada como o fim da história. As ideologias são abandonadas. Nas filosofias e religiões orientais buscam-se novos encantos e razão para viver sem demência. No mundo dos pobres e dos marginalizados penetram e prosperam com igual velocidade as drogas

e as novas propostas religiosas que asseguram a conquista da felicidade. O desrespeito à vida e à dignidade da pessoa humana se multiplica de maneira assustadora. A degradação do meio ambiente e a exclusão social atingem proporções alarmantes. A violência se manifesta com arrogância e cinismo, incontrolável e impune.

Os desencantos com as utopias e, ao mesmo tempo, a consolidação de um modelo globalizado da economia geradora de incrível concentração de riqueza, de avassaladora destruição do meio ambiente e de criminosa exclusão social, causaram grande impacto sobre a sociedade brasileira e, conseqüentemente, sobre a Igreja nas duas últimas décadas.

Neste final de século tem-se a impressão de que a Igreja, para afirmar a própria identidade, busca sua preservação nas trincheiras da resistência, na expectativa da chegada não se sabe bem de quê ou de quem. Acuada pela agressividade e pelas conquistas de novos grupos religiosos, reflete perplexidade e insegurança na definição de rumos e instrumentos da missão, para muitos transformada ou reduzida a uma nova cruzada. Por meio do Movimento Carismático e similares luta estádios e ruas, sem que isso contribua para a promoção e o avanço da cidadania. Dispõe de rede de rádio e televisão, mas não causa impacto sobre os centros de saber e de decisão. Com suas novas forças e opções, não move nem comove a opinião pública.

A pregação religiosa não está trazendo as exigências nem a grandeza do Evangelho da Vida! Pois, o que está em jogo, não é mais o empenho com a transformação do mundo. O embate não mais se trava entre "conservadores" e "progressistas". A tendência hoje é o retorno ao dualismo, o confronto entre o mal e o bem. Anjos e demônios

## O modo de ser e de agir da Igreja Católica nas duas últimas décadas se distancia e se diferencia muito das anteriores

se digladiam, como é normal em tempo de crises ou de trevas e final de século.

### ONDE ESTÁ NOSSA ESPERANÇA?

Quais as opções, as prioridades e o método de trabalho da ação evangelizadora? Qual a nossa identidade? Em que se fundamenta nossa esperança? Onde e como adorar, testemunhar e servir a Deus em nosso tempo? Em Jerusalém ou Garizim? Como aconteceu no diálogo entre a mulher samaritana e Jesus, um judeu, levantam-se hoje estas e outras questões dentro e fora da Igreja (João 4.20-24).


Entretanto, o clamor pela vida continua. Um longo e sofrido caminho permanece aberto e percorrido pelo Resto de Israel até que amanheça o dia em que reinará a paz. Até que surja um mundo em que cada ser humano viva com dignidade e esperança. Uma nova civilização mais solidária e reverente diante do mistério da vida e da criação. O Evangelho, não mais uma grande religião dividida em milhares de seitas, mas Caminho de Vida em Comunhão.

No ocaso de um século carregado de frustrações e de um longo e carismático pontificado, as bases da esperança da Igreja e o futuro da evangelização se encontram mais uma vez nos porões, periferias e fronteiras da humanidade.

As grandes virtudes de João Paulo II, tais como um forte amor pela vida e diálogo corajoso com o mundo, não fizeram escola na Igreja. Recordo-me de sua última palavra no discurso de

abertura da Conferência de Santo Domingo: "Coragem!"

Há entre nós muita tristeza e desânimo, ao lado de grandes certezas. O diálogo não mais faz parte do nosso cotidiano. Não se percebe nada de novo no campo da reflexão e da teologia. Muita gente paralisada pelo medo e pela desconfiança. Uniformidade e conformismo certamente não seriam indícios reveladores da fé pascal e da efusão do Espírito.

Porém, a fidelidade de Deus é incontestável. O Senhor sopra o seu Espírito sobre o caos. Um tempo novo está sendo gestado. Não caminhamos para um desfecho melancólico, mas para o Reino da Vida. Os pequenos e famintos cantarão as maravilhas de Deus. O novo milênio promete ser fascinante. Creio no futuro... o nome dele é Emanuel! 

Dom Mauro Morelli é bispo da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti.

### PESQUISA CERIS

O CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS - CERIS está realizando uma pesquisa que tem como objetivo construir um cadastro e avaliar a dimensão das obras e atividades sociais das paróquias e escolas católicas no País. Considerando-se a lei sobre filantropia, que põe em risco a continuidade de muitas obras e atividades sociais, é fundamental e urgente que as paróquias e escolas respondam ao questionário enviado. Faz-se necessária a obtenção de um número significativo de respostas já que a pesquisa é de âmbito nacional. Vale lembrar que não apenas as obras sociais devem ser informadas, mas todas as atividades sociais realizadas (informais, permanentes ou não).

MAIORES INFORMAÇÕES: Katia, Sílvia ou Marcelo, tel. (0\*\*21) 558-2196.

## De Oaxtepec à IURD

# As mutações do protestantismo

Zwinglio M. Dias

### INTRODUÇÃO

“O protestantismo acabou!” repete, saudosa, minha mãe, cada vez que a visito, queixando-se da parafernália de instrumentos musicais (guitarra elétrica, bateria e quejandos) que hoje ocupa o espaço anteriormente destinado à mesa eucarística no santuário de muitas igrejas ditas evangélicas. “Agora não há mais diferenças entre os crentes”, continua ela, “todos estão atrás de milagres, há muita gritaria e barulho nos cultos, e ser presbiteriano ou pentecostal é, praticamente, a mesma coisa!” “Os belos hinos de outrora foram substituídos pelas musiquinhas ritmadas aprendidas nos programas de TV. Ser crente não faz mais diferença...”

Esta reação de uma antiga presbiteriana, criada na mais severa tradição do pietismo puritano, moralista e asceta (cujas patologias foram tão bem expostas por Rubem Alves em seu livro “Protestantismo e Repressão”) aponta para um dos fenômenos religiosos mais significativos ocorridos no Brasil, mas não somente aqui, nos últimos vinte anos. Será que os protestantes ainda são? Pelo menos em termos de nomen-

clatura identitária parece que não. Preferem autodenominar-se “evangélicos”, por oposição ao catolicismo que ainda é considerado como uma expressão pagã do cristianismo. Pouca ou melhor, quase nenhuma notícia têm da Reforma do século XVI ou dos valores teológicos e humanísticos que ela promoveu e que vieram a cimentar os caminhos da Modernidade. No entanto, as formas de religiosidade que expressam e difundem, numa mescla estonteante de emancipação individualista, autoritarismo e visão mágica do mundo, revelam a fragilidade da versão do protestantismo por aqui implantada que não soube como, ou não pôde mesmo, resistir à antropofagia cultural dos trópicos. Indigeniza-se (hoje se diz incultura-se), não segundo os modelos eclesialístico-pastorais exportados pelas metrópoles espirituais do primeiro mundo, mas segundo os sonhos, desejos e carências gestados e sentidos a partir da matriz religiosa tupiniquim iodada, positiva e negativamente, na resistência ao cruel e desumano processo colonizador que, por outros modos, continua ainda em vigência.

### SURPRESAS NO CAMPO RELIGIOSO

No decurso das duas últimas décadas que fecham o século XX dois acontecimentos, dentre outros que poderiam ser destacados, podem ser tomados como marcos significativos das muta-

ções experimentadas pelo protestantismo no interior da sociedade brasileira nesse período. São eles: a) O processo de constituição do Conselho Latino-americano de Igrejas (CLAI) em 1982, mas que se inicia quatro anos antes na assembléia continental de Igrejas realizada em Oaxtepec, México, em 1978; b) a compra da Rede Record de Televisão por parte da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), em São Paulo, em 1989.

O primeiro acontecimento significou a superação de um longo e conturbado ciclo de mais de sessenta anos de desencontros, disputas e confrontos que mantiveram as igrejas protestantes separadas umas das outras, mais preocupadas com sua reprodução institucional do que comprometidas com a dura e sofrida realidade de seus países. Ao mesmo tempo, também, assinalou o esgotamento de modelos eclesiológicos até então vigentes, distanciados do rico e variado universo simbólico dos povos latino-americanos e divorciados de suas reais e urgentes necessidades. Contudo foi um passo importante na trajetória de uma centena de igrejas e uma dezena de movimentos ecumênicos, continentais e nacionais, que, finalmente, acertavam seus passos na busca de uma plataforma comum de articulação cooperativa, com o objetivo de fazer avançar o sonho da unidade ecumênica resgatando as me-



# latino-americano

lhores tradições do protestantismo para fazê-las florescer nas terras latino-americanas.

O segundo acontecimento que destacamos mostrou a força de uma nova expressão religiosa, caudatária do Movimento Pentecostal, que se bem já estava presente no campo religioso nacional ainda não havia produzido impacto social significativo, ou não tinha sido ainda percebida em toda a sua complexidade e potencialidade. O estupor causado na sociedade por essa aquisição não foi pequeno. De um lado os evangélicos em geral se regozijaram, mesmo aqueles que se opõem às práticas nada tradicionais da IURD, como que celebrando a superação de um sentimento de minoria oprimida pelo colosso da Igreja Católica Romana, que por tantas e tantas décadas alimentaram. De outro a reação da mídia, nada imparcial, repercutindo o descontentamento dos setores mais conservadores do catolicismo temerosos do avanço pentecostal, passando pela desorientação de lideranças das igrejas históricas do protestantismo, num misto de inveja e derrota pelo sucesso de um empreendimento religioso-empresarial que não conseguiam entender muito bem, até a perseguição policial e econômica movida pela Rede Globo de Televisão contra Edir Macedo, fundador e líder incontestável da IURD.

Ambos os eventos parecem indicar,

O que podemos observar na dinâmica do campo religioso protestante e/ou evangélico nos últimos vinte anos é resultado da falta de integração cultural da proposta religiosa para cá trazida pelos missionários protestantes

por um lado, que o velho protestantismo aqui implantando a partir de meados do século passado, que continuou sempre minoritário e presa de muitas camisas-de-força de cone teológico, político e cultural, encontra-se em seus estertores, e, por outro, que os novos movimentos religiosos oriundos do já clássico pentecostalismo encontraram

eco no imaginário do povo brasileiro e estão se constituindo numa nova expressão religiosa capaz de responder com eficácia à procura de sentido para a vida deste povo submetido às duras realidades do capitalismo neoliberal. Na verdade o que podemos observar na trepidante dinâmica do campo religioso protestante e/ou evangélico nos últimos vinte anos é resultado, em grande parte, tanto da falta de integração cultural da proposta religiosa para cá trazida pelos missionários protestantes e consolidada pelas igrejas a que deram origem, quanto pela deglutição desse modo de vivência da fé evangélica por parte das formas religiosas já plasmadas no interior da matriz religiosa brasileira.

Outrossim, importa repisar, o protestantismo que se consolidou por meio das igrejas históricas desenvolveu-se



de costas para as culturas latino-americanas, rompendo decididamente com o imaginário popular e alheando-se de seus graves problemas e suas dolorosas lutas para construir sociedades justas e humanas nestes "tristes trópicos". Sua rejeição do modo de ser religioso latino-americano e brasileiro ocasionou seu encerramento em determinados contingentes sociais abertos à Modernidade que ele representava. Estes, porém, sempre foram e continuam sendo exíguos em relação à massa de excluídos de nossas sociedades. Seus esforços de renovação e busca de unidade, voltando-se agora para as graves questões sociais e políticas e buscando os valores culturais que lhe faltam, não deixam de ser importantes e necessários, mas nos dão a impressão de que estão chegando um tanto tarde demais. Novas visões do sagrado e novas estruturas para sua administração foram construídas durante este tempo de seu ausentismo ético-social, e a partir de outra lógica, aquela subjacente à cultura religiosa popular, que lhe tomaram o lugar embora tenham ficado com algumas de suas vestimentas.

#### **A POLÍTICA DOS CRENTES... NA POLÍTICA!**

O crescimento e consolidação das novas configurações eclesiológicas advindas do mundo pentecostal, ao romperem com a teologia pietista do protestantismo histórico e sua ética indi-

vidualista e de ausentismo político-social, vão franquear todos os espaços da sociedade para uso e proveito de suas instituições. É assim que nestas duas décadas vamos assistir à entrada decidida e aberta dos evangélicos na arena política. Pela primeira vez na história do país, na década de 1980, vamos ter uma bancada de deputados evangélicos no Congresso Nacional que vai se notabilizar por acordos, no mínimo suspeitos, com as forças políticas dominantes, e, com poucas e honrosas exceções, totalmente envolvida com os setores mais conservadores da vida pública brasileira. Nos anos seguintes esta situação não muda significativamente. A herança protestante, por um lado, e o imaginário religioso popular, por outro, parece-me que explicam por que esta presença aparentemente nova e promissora não tenha tido efeitos verdadeiramente renovadores.

Se a prática religiosa desenvolvida a partir do universo pentecostal é resultado de sua aproximação ao mundo dos valores simbólicos da tradicional religiosidade brasileira, isto significa, simplesmente, a superação da proposta de ruptura com esse universo oferecida pelo protestantismo histórico, em função de seus, com frequência mal traduzidos, compromissos com a modernidade e não uma mudança qualitativa nos hábitos e atitudes sociopolíticas característicos da sociedade brasileira. Se não há ruptura só podemos falar de continuidade, o que significa

Frente à nova configuração do campo eclesiástico, as denominações sensíveis ao ecumenismo, porém mais sensíveis ainda aos seus interesses de reprodução institucional, passaram a se ocupar muito mais consigo mesmas

afirmar o caráter conservador e acomodatório do pentecostalismo na manutenção de formas de religiosidade e modos de comportamento desde sempre presentes na cultura brasileira.

#### **IGUAIS... MAS SEPARADOS!**

O sucesso das expansões pentecostais, especialmente nas duas últimas décadas, está produzindo uma reacomodação nas relações entre as igrejas evangélicas marcadas muito mais pela concorrência institucional do que pela busca de modos de cooperação ditados pelos mais altos valores evangélicos proclamados por suas respectivas tradições teológicas. Na medida em que se viram superadas pela força aglutinadora da mensagem pentecostal e incapacitadas para responder aos desafios que lhes são impostos pela sociedade, por motivos já explicitados, essas igrejas se tornaram presa fácil do rolo compressor das exitosas propostas eclesiológicas do pentecostalismo. Não sem conflitos internos, pouco a pouco, foi se sedimentando como que uma nova mentalidade religiosa, apenas formalmente protestante. Porque ancorada na matriz religiosa tradicional que fundamentou a cosmovisão e o imaginário brasileiro fundindo as tradições

africana, indígena e do catolicismo popular ibérico, mas agora vestida com o linguajar teológico do pietismo protestante e com as ênfases características do movimento pentecostal.

Nos últimos vinte anos a prática ecumênica assumida formalmente por setores do protestantismo histórico se viu profundamente afetada por esse processo, tanto no que se refere às relações entre os ditos evangélicos como na relação destes com a Igreja Católica Romana. É que ante a nova configuração do campo eclesiástico as denominações sensíveis ao ecumenismo, porém mais sensíveis ainda aos seus interesses de reprodução institucional, porque colocadas numa situação de concorrência mercadológica implacável, passaram a se ocupar muito mais consigo mesmas reduzindo sua prática ecumênica a um mero adorno de suas atividades. Ou então assumindo essas práticas na medida em que reforçam as proposições teológicas e políticas dos grupos reduzidos ao denominador comum do movimento pentecostal/carismático.

Em outros países da América Latina e do Caribe tal situação se apresenta de modo diverso. Ali as igrejas históricas não tiveram o mesmo tipo de presença como no Brasil e o movimento pentecostal desde a década de 1960 manifestou sensibilidade à cooperação intereclesiástica. Sinal importante disto é o fato de 25% das igrejas representadas na Assembléia de Oaxtepec,

e hoje membros do CLAI, serem pentecostais.

Da perspectiva do diálogo e da ação pastoral com o catolicismo a situação é mais desencorajadora. As velhas desconfianças e repúdios persistem e são fortalecidas pela situação do concorrência, tanto de um lado como de outro. Os avanços alcançados nos décadas de 1970 e 1980 parecem ter se estagnado, tanto pelos mesmos motivos acima apontados como pelo esgotamento do interesse pelo modelo de ecumenismo até então exercitado, em função das mudanças havidas na conjuntura mundial com o advento da globalização econômica e da aparente falta de perspectivas utópicas para sua operacionalização. Entretanto, pequenos núcleos no interior das Igrejas, denominados por alguém de “ilhas de resistência” não deixam o sonho morrer e insistem na sua realização.

### CONCLUSÃO

Minha mãe tem razão... pelo menos em parte! Há um protestantismo moribundo no Brasil e na América Latina. Mas a história é um processo de longo curso e os fenômenos religiosos que se dão no seu interior não são estáticos. Configuram-se como processos sociais dinâmicos que, uma vez estabelecidos, não cessam de passar por transformações, assimilando novas características e deixando de lado outras para garantir sua sobrevivência e sua expansão...

Ao longo das duas últimas décadas, em função das tremendas mudanças ocorridas no mundo e de modo particular no continente, uma nova dinâmica se estabeleceu no interior do mundo cristão não-católico romano, tanto no Brasil como em outras paragens destes trópicos fantásticos. A religiosidade pluriforme que se esparrama por todo o continente, e que parece nova nas suas exterioridades, mas que guarda as mesmas visões e revelações dos tempos duros da escravidão e da exploração impiedosa que se viveu e que se continua a viver na pele e na alma de milhões de excluídos prosseguirá sua expansão pelo menos enquanto nossas sociedades não deixarem de ser produtoras de miséria, desestruturação e insegurança para a imensa maioria de seus habitantes.

Aqueles que encontraram sentido para suas vidas nos valores articulados pelo espírito protestante não podem deixar de lembrar que este sempre entendeu a Igreja como expressão precária, na história, da ação libertadora e humanizante do Espírito de Deus no mundo. Daí a máxima dos reformadores: *ecclesia reformata et semper reformanda*, ou seja, “a Igreja reformada sempre em processo de reforma”. ☞

Zwinglio M. Dias, doutor em Teologia protestante e integrante da equipe de KOINONIA.



# Brasil, mostra a tua cara

Paulo Botas

Para quem imaginava uma rica fonte de composição musical guardada nos porões da ditadura, ledô engano. Em seu lugar, numa busca desenfreada do consumismo, surgiram diversas ondas, que vão desde o *rap* e o *funk* até *axé-music* e *gospel*. Próximos do terceiro milênio, o que nos aguarda?

*E quem suportar uma paixão, saberá que o samba então nasce do coração.*

(Noel Rosa)

Nos idos de 1978, antes mesmo de a anistia ser promulgada, era voz corrente o vasto material de composição musical "guardado nas gavetas" dos compositores perseguidos pela ditadura militar. Alguns já estavam fazendo sucesso no exterior pois suas gravadoras multinacionais precisavam de um produto *for export*, bem no estilo *world music*, para o consumo do mercado emergente da música brasileira que saíra do gênero *cool* de Jobim e estava, mais uma vez, aberto às "excentricidades" deste mundo tropical.

Mas... que nada! Veio a anistia e as gavetas estavam todas vazias... Criou-se uma nostalgia da quase-superada-música engajada, de um movimento tropicalista que só foi mesmo expressivo no fantasioso livro da década de 1990 escrito pelo autolisonjeiro Caetano Veloso. O Sul-Maravilha assistia à chegada da música pernambucana com todas as suas fitas e cores, ritmos e gingados, expressos por Alceu Valença. E o Brasil perdia no começo da década de 1980 a sua cantora maior, Elis Regina, que tivera o mérito de lançar compositores como Milton Nascimento, Fagner, Belchior, Renato Teixeira, e outros. Ficou mais uma estrela nos céus do caipira Pirapora, pois a moça partira num rabo de foguete...

Mas o mercado fonográfico foi mais esperto que os filhos da luz e per-

cebeu as grandes ondas para o consumo geral da nação. A bem da verdade, todas as gravadoras mantinham seu orçamento com a venda das "bolachas" de cantores nunca mais vistos, mas consumidos nas feiras populares e nas rádios do interior ou da capital, com programas sintonizados naquela faixa imensa da população, mais para AM do que FM.

## KARAOKÊS, TCHANS, AXÉ-MUSIC E OUTRAS ONDAS

As ondas foram crescendo, assim como o mercado. A primeira foi arrancar do anonimato o pagode dos morros até então restrito à divisão de samba paulista do Adoniram Barbosa e do samba carioca da velha guarda da Mangueira. Para uns, a autenticidade de Beth Carvalho, e para outros o exotismo da Cristina Buarque de Holanda, gravando e cantando as raízes do Brasil, pelo menos no seu samba de morro. Prato cheio para o narcotráfico, que via a música de suas favelas adentrando pelos bairros da zona sul, onde os consumidores da pequena burguesia poderiam se cheirar à vontade, espremidos nos bares e boates do Leme até o Leblon.

*Karaokês* e igrejas populares irmanaram-se ao ritmo dos pagodes comercializáveis, espectros da autêntica música de morro de Cartola e Cia., esquecendo que "não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar".

Outra onda, que não era curta, foi a transformação da música sertaneja

Karaokês e igrejas  
populares irmanaram-se  
ao ritmo dos pagodes  
comercializáveis, espectros  
da autêntica música  
de morro de Cartola e Cia.

numa música brega estilo *country*, acompanhada dos artistas globais vestidos de botas, chapéus e modas de boutique, arrotando as suas chácaras e sítios e, para os mais abastados, fazendas ao estilo Rei do Gado. Finalmente, os bóias-frias deixavam o seu Rancho da Goiabada para os salões e saraus de sintetizadores, em que se ouvia a voz fanha da primeira-dama 'collorida' implorando: "Ligue pra mim, não ligue pra ele"...

O mercado, mais uma vez, ouviu o sinal dos tempos e investiu tudo o que pôde para cantar o amor e os cornos da classe média urbana consumidora, com os acordes da pureza do campo, tão a gosto dos ambientalistas.

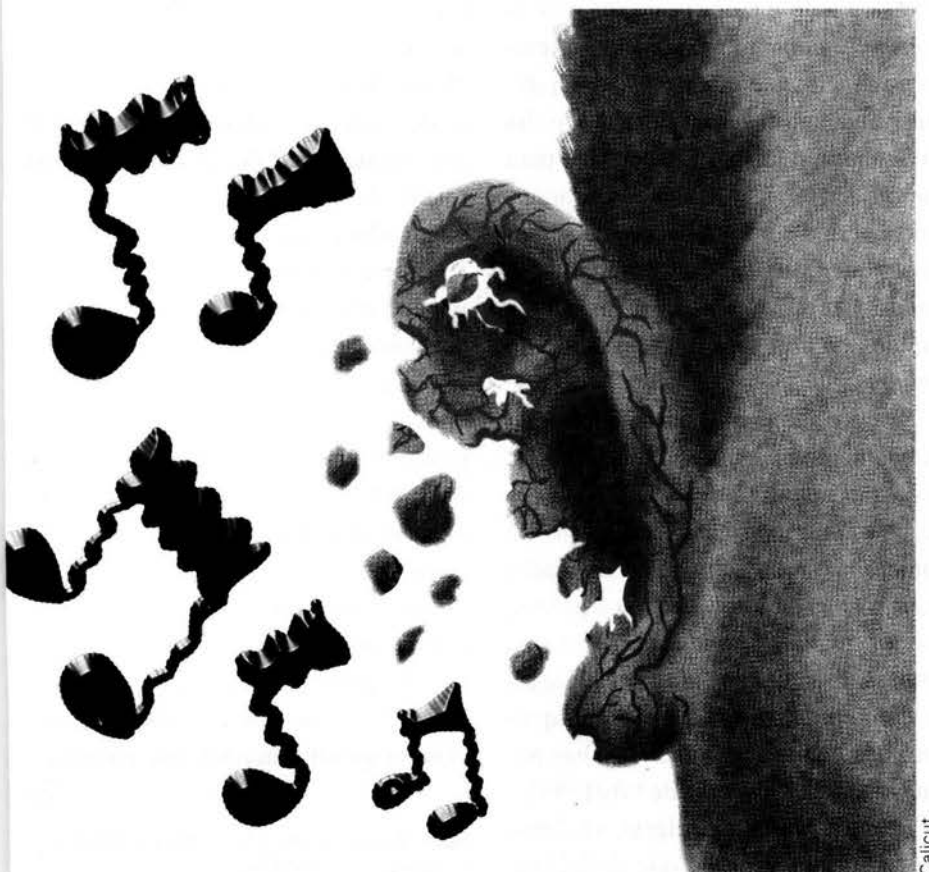
Ainda nesta onda de "onde tem matto, tem índio", as Organizações Não-Governamentais procuraram uma brecha para vender seus discos dos silvícolas brasileiros ou mesmo conseguir que cantores de projeção nacional ou

local gravassem a partir de suas pesquisas e publicações. Algo tipo revolução russa, quando eram gravados em 78 rotações os barulhos das máquinas da nascente indústria soviética para orgulho dos comunistas do Terceiro Mundo...

Outra onda oscilava entre o *rap*, o *punk* e o *funk* nos bailões de periferia. Ali também o mercado leu o sinal dos tempos e apareceu um anjo pensador para traduzir para a classe média, ávida de modismo, o fruto da violência periférica. Era a nova negritude querendo abrir alas para se fazer ouvir e dançar.

Onda maior foi o sacudir dos *tchans* e a *mama africa* redescoberta na *axé music*, uma certa mistura de *reggae* jamaicano e malemolência baiana. O carnaval baiano finalmente padronizado com os trios elétricos das suas estrelas máximas, reafirmando, aos brados, que a Praça Castro Alves era definitivamente do povo. E o mercado e a mídia empanturraram o Brasil de uma baianidade nunca dantes navegada como um neotropicalismo em que a regionalidade de Caymmi ficou reduzida aos ouvidos embalados pelas suas canções praieiras, referências últimas de uma Bahia que não existe mais. E a televisão, rapidamente, organizou programas temáticos que se diluíram tão rápido quão rápidas estão sendo essas ondas mercadológicas.

Os compositores brasileiros entraram na onda do *revival* acústico e regravaram melódiosos e melosos bo-



Calicut

## O momento agora é de bater palminhas, sacudir as cadeiras de vento em popa, ou melhor, de *laser disc* à aeróbica do Senhor

leros e, novamente, as academias de dança de salão voltaram a ensinar às novas gerações o “dois prá lá, dois prá cá”. Nunca é demais lembrar, entretanto, que as gafieiras foram o lugar de confronto com essa onda mercadológica, mantendo vivas as tradições musicais e dando força aos músicos que, por amor e opção, sobrevivem assim à onda do *high tech*.

Finalmente, como o feitiço vira sempre contra o feiticeiro, a facilidade de gravar CDs possibilitou a onda de discos alternativos, alguns de altíssimo nível, reafirmando a beleza e a pluralidade da música brasileira.

### O MOMENTO DE BATER PALMINHAS...

Uma última onda avassaladora ameaça a música popular brasileira neste final de milênio. Com a academia descobrindo que a religião não era tão ópio assim e que podia fornecer um filão áureo de financiamento de pesquisas e bolsas, assistimos surgir o *gospel*, antes reduzido aos hinos das igrejas batistas e agora promovendo uma enxurrada de cantores e cantoras emoldurados com bandas metálicas, luzes e sons de altíssima categoria. Festivais anunciam que “só Jesus salva” para o horror dos mais tradicionalistas que acreditam apenas nos hinos mornos e modorrentos antes das leituras bíblicas. É um sopro de um pentecostes, revelando a enorme jazida a ser explorada pelo mercado. E como o mercado não perde tempo, assim como os pentecostais evangélicos e carismáticos católi-

cos, as lojas se plenificaram de tantos discos e músicas para o louvor do Senhor, para a salvação das almas e o tilintar dos cofres das multinacionais... Será que dinheiro de papel e cheques polpudos de lucros tilintam?

Adeus, belos oratórios de Bach, adeus às missas de Mozart e Beethoven, adeus Missa Luba, Missa Criolla. O momento agora é de bater palminhas, sacudir as cadeiras de vento em popa, ou melhor, de *laser disc* à aeróbica do Senhor. Tudo *fast food* como o mantra do terço bizantino tão econômico nas palavras na sua “sintonia” com Deus. Terço inventado para pessoas sem tempo para rezar pois *time is money* e o consumo exige todo o tempo possível deste mundo. Acabam definitivamente, nos anos de 1990, o dia do Senhor e o silêncio imperativo para quem quer ouvir a sua voz. O domingo converteu-se no único dia da semana em que trabalhadores e trabalhadoras do Brasil reverenciam os novos templos do consumismo: os *shopping centers*.

“Para o judaísmo, quem não segue mandamentos é punido com flagelos, deve ser penalizado pela dor. Jesus pegou o mesmo produto, a salvação do homem, e o reposicionou no mercado. Dizia as mesmas coisas que os judeus, mas de maneira nova, que tocava as pessoas. Essa era sua grande estratégia de *marketing*” (Kaster Filho, marqueteiro das instituições católicas, nas páginas amarelas de *Veja* de 9/6/1999).

Pronto! Nada a declarar. O deus-mercado impera quase que definitiva-

mente no seio do seu povo. Cumpre-se a última profecia de Nostradamus, recém-descoberta numa catacumba no vale dos castelos do Loire, na França: “Com sons virá o ensurdecador castigo dos céus na nova babel da besta”.

Depois de muitos estudos foi finalmente decifrada: Deus misericordioso havia querido mostrar nestes dois mil anos o seu amor, oferecendo, gratuitamente, aos homens e mulheres, músicos, pintores, escultores, artistas, poetas, místicos, para que todos pudessem contemplar e participar da sua beleza. Mas as instituições humanas preferiram a ganância, as guerras, os lucros, elegendo o reino de Mamom neste final de milênio. E, então, Deus disse: “Para vocês, o castigo ensurdecador destes sons de milhões de decibéis e esta música fácil de ser consumida na rasura da vida prometida pela besta, enganadora como a serpente e o bezerro de ouro. Por isso, a mil chegarás mas de dois mil não passarás”.

Noutro pergaminho, a fonte R (deve ser de risada), havia uma versão mais antiga do Evangelho de Mateus no capítulo 7, versículo 6: “E então os porcos, pela enésima vez, olharam com desdém e vociferaram: Pérolas! De novo?”.

Trocando em miúdos, como aconselhava a mamãe pernlonga para seus pernlonguinhos: “Cuidado com as palmas...!” E como disse o Senhor Jesus: “Quem quiser entender, que entenda”.



Paulo Botas, doutor em filosofia e integrante da equipe de KOINONIA.



# Por uma consciência ecológica

Jean-Pierre Leroy

Preparar a história de amanhã tem a ver com o modo de nos comportarmos hoje com a natureza. Esse é o pano de fundo sobre o qual o autor deste artigo debruça-se para refletir sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável, justiça ambiental e consciência ecológica, entre outros temas

As temáticas meio ambiente e desenvolvimento sustentável, termos que hoje soam familiares aos ouvidos de muitos, eram ainda novidade para a imensa maioria dez anos atrás. Seria difícil descrever em poucas páginas a emergência entre nós da questão ambiental. Simplesmente, lembro que o tema tem como marco principal a Conferência das Nações Unidas para o

Meio Ambiente e o Desenvolvimento — a Rio 92. Mas essa conferência e o Fórum Global da Sociedade Civil, que se realizou em paralelo e para o qual e no qual Organizações Não-Governamentais (ONGs) e movimentos sociais brasileiros tiveram um papel destacado, não surgiram do nada.

No caso do Brasil, desde os anos de 1975 até às vésperas da Rio 92, foram mais de dez anos de (re)construção da democracia, anos nos quais uma pequena parcela da sociedade, organizada em sindicatos, movimentos populares, pastorais sociais, ONGs, e outros, deu uma contribuição destacada, construindo e fortalecendo instituições democráticas. Criaram-se assim as condições básicas para que começasse a brotar, no processo da Rio 92, uma consciência ecológica renovadora da cultura política.

## O ENCONTRO DO SOCIAL E DO AMBIENTAL

Não colhemos ainda muitos frutos dessa nova cultura, mas podemos vê-los amadurecer. Lembro-me de algumas acusações trocadas durante a preparação da conferência da sociedade civil paralela à reunião oficial. Um ambientalista falava das entidades que vinham de outra tradição: “Nunca se preocuparam com o meio ambiente e agora querem aproveitar a Rio 92 para mostrar serviço e tirar sua casquinha”. E, do outro lado, se respondia: “Se preocupam com os macacos e esquecem que o povo morre de fome”.

Sete anos depois, em 1997, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento publicava um novo relatório, “Brasil Século XXI. Os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio 92”. As mais de 250 entidades que discutiram esse relatório colocavam como prioridade nacional a reforma agrária. Foi justamente por assumir esse compromisso com a reforma agrária que várias entidades ambientalistas começaram a cobrar dos sem-terra respeito pelo meio ambiente nas suas ocupações e assentamentos e que estes, assim como o movimento sindical dos trabalhadores rurais, começaram a assumir a perspectiva de uma reforma agrária e de uma agricultura familiar que rompessem com o modelo dominante. Modelo que, além de socialmente excludente, empurra o pacote de agrotóxicos, de sementes agroindustriais e da mecanização pesada destruidora dos solos e da biodiversidade.

## CONTRA A EXCLUSÃO SOCIOAMBIENTAL, A JUSTIÇA AMBIENTAL

Avançamos também na compreensão de que, à exclusão social, soma-se uma exclusão ambiental. Aos “pobres”, na cidade, as áreas de risco, nas encostas, nas beiras de córregos, ao redor das fábricas ou dos depósitos de lixo ou de resíduos; no campo, a eles as áreas devastadas, os solos empobrecidos, os lugares sem água, etc. À luta pela jus-

tiça social, somou-se outra voltada para a justiça ambiental. Progressivamente, os movimentos e organizações urbanas incorporam essas idéias em seu vocabulário e em sua ação, na luta por uma cidade de iguais, justa e sustentável.

Entre o macaco e o ser humano, escolhem-se ambos. Havia de fato antes a convicção, da parte de ambientalistas, de que os seres humanos impedem a preservação das áreas de conservação. É verdade que a população do entorno dessas áreas, em geral por necessidade de sobrevivência, avançava frequentemente sobre elas. Uma nova consciência nasceu, no meio de muitos técnicos e ativistas, de que a população local — extrativistas, pescadores, caçadores, pequenos agricultores, e outros — pode ser guardiã da natureza e manejá-la adequadamente. E de fato esta, quando lhe são oferecidas condições adequadas, transforma-se em defensora intransigente do seu e do nosso patrimônio.

#### **FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA**

Muitos de nós adquirimos ou desenvolvemos o que poderíamos chamar de consciência ecológica, nosso modo de estar e nos situar no mundo. Quem somos? Em que mundo? Em que história?

Nestes anos e nesse processo, valorizou-se fortemente o papel dos povos indígenas, dos extrativistas, remanescentes de quilombos, etc. Reconheceu-se que não eram meras testemunhas do passado mas que, por sua vivência e pelo modo como enfrentam o futuro, tinham muito o que nos ensinar sobre uma sociedade sustentável. Por sua vez, uma perspectiva de sustentabilidade colocava em destaque o papel das mulheres, pois elas mostravam-se mais avançadas do que os homens na compreensão de um novo modo de

nos relacionar com a natureza e com os outros.

Não falamos mais somente de biodiversidade (a diversidade da vida) mas de sociobiodiversidade: a grande diversidade da sociedade que ao mesmo tempo reflete e permite que se desenvolva a grande diversidade da natureza. Mas, ao entender e respeitar todas as nossas diferenças, compreendemos o quanto somos irmanados na mesma humanidade e, cada um do seu modo, comungamos os mesmos valores de igualdade, solidariedade, respeito às diferenças.

Chamados a participar da construção de uma nação democrática, toma-

**Uma nova consciência nasceu, no meio de muitos técnicos e ativistas, de que a população local pode ser guardiã da natureza e manejá-la adequadamente**


mos consciência de pertencer a um território vivo, composto de pessoas e de natureza: aquele pedaço de bairro ou de roça no qual vivemos, mas que se inscreve num espaço maior — que se chama região ou ecossistema, incluído por sua vez numa região maior e no país, que pertence a este mundo. É assim que se cria uma continuidade entre o “local” e o mundo. Povos indígenas e extrativistas em luta pela preservação da floresta, estes últimos e as quebradeiras de babaçu, pelo preço da sua produção, sem-terra e agricultores familiares, contra as sementes transgênicas, todos estão agindo local e internacionalmente, respondendo tanto às grandes inquietações do mundo so-

bre o clima e a destruição da biodiversidade quanto ao mercado que fomenta um comércio que quer esmagar qualquer desenvolvimento local e nacional.

Adquirimos também consciência ecológica ao nos situarmos no tempo. Os povos, sociedades e grupos sociais de hoje têm a responsabilidade de legar este mundo, que herdaram dos seus antepassados, aos seus descendentes nas melhores condições possíveis. Assim, preparar a história de amanhã tem a ver com o modo de nos comportarmos hoje com a natureza. Uma Amazônia destruída permitirá, dentro de vinte ou cinquenta anos, aos seus povos indígenas, extrativistas, pescadores e agricultores familiares sobreviver?

#### **A AGENDA 21 DO POVO**

São palavras, poderia pensar o leitor. O que avançou concretamente? Em 1992, os governos do mundo comprometeram-se, na Agenda 21, a mudar os rumos do desenvolvimento. Pouquíssima coisa mudou. Mas localmente, muitos grupos começaram a fazer a sua Agenda 21 local, isto é, deram início a mudanças nos rumos do seu futuro a partir da sua realidade.

É verdade que é pouco, perante os grandes desafios do mundo e o peso do poder econômico e político dominantes. Mas é de muitas nascentes que se alimentam o São Francisco e o Amazonas. 

**Jean-Pierre Leroy**, educador da Fase, membro da coordenação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, e animador do Projeto Brasil Sustentável e Democrático.

# Cidadania e profissionais do sexo

Gabriela Silva Leite

Numa sociedade caracterizada por ciclos, o que se vê hoje, após alguns avanços, é um retorno a posturas conservadoras que influem diretamente no lugar que ocupam as minorias sexuais. Esse é um perigo que caminha lado a lado com o marasmo que toma conta do movimento social, do qual as prostitutas são uma parcela

O movimento de prostitutas no Brasil começou, na prática, em 1979, na mais famosa área de prostituição de São Paulo, a Boca do Lixo, devido a um conflito com a polícia. Logo que assumiu a delegacia da jurisdição das Bocas do Lixo e do Luxo, o delegado Wilson Richetti começou a prender e a bater nas pessoas, indiscriminadamente. Mesmo as mulheres que trabalhavam em bordéis — no princípio eram apenas as de rua e os travestis —, quan-

do já estavam indo embora para casa, eram presas e levadas à delegacia, onde apanhavam dos policiais sob a ordem e supervisão do delegado (à moda do recentemente derrubado diretor da Polícia Federal). A tortura, que sempre tem o componente de sadismo puro, perverso, resultou na morte de dois travestis e de uma mulher, que por sinal estava grávida.

Quando o delegado começou a prender e torturar não houve reação. Foram precisos quatro meses e três mortes para que se esboçasse uma atitude. As prostitutas e travestis não se sentiam no direito de denunciar! Foi necessário que a arbitrariedade chegasse ao seu limite para que todos se unissem e realizassem uma passeata no centro de São Paulo denunciando as atrocidades cometidas. No dia da passeata a zona parou, os travestis pararam e houve um grande apoio da sociedade civil.

Com o movimento ganhando corpo, após a passeata houve adesões de artistas famosos, e Ruth Escobar cedeu o seu teatro para que se realizasse uma assembléia. A repercussão do movimento obrigou o governo do Estado a tomar uma atitude imediata: o afastamento do delegado Richetti. Com o novo delegado, logo tudo voltou ao normal.

Vários anos se passaram até que, em julho de 1987, se realizou no Brasil o Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas. Formou-se então a Rede

Nacional de Prostitutas, com sede no Rio de Janeiro, e decidiu-se incentivar a formação de associações regionais em todo o País. Outros objetivos da Rede são a reforma legal, ações contra a violência, implementação de programas de saúde, luta pela dignidade da prostituta e, principalmente, resgate da auto-estima das trabalhadoras do sexo. A Rede conta, desde a sua constituição, com a assessoria técnica da organização não-governamental DaVida e com o apoio de várias outras ONGs.

Hoje já existem catorze associações registradas em cartório espalhadas pelo Brasil, além de muitas outras que estão se formando. Para citar algumas:

- Em 1988 foi fundada a Associação da Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, no embalo do I Encontro Nacional de Prostitutas, e para defender a Vila da tentativa de desocupação pela TV-Rio, dirigida então pelo pastor Wilson do Amaral Fanini.
- Em 1990 foi criada a Aproce (Associação das Prostitutas do Ceará), que publica um boletim chamado "Folha da Aproce", promove ações educativas sobre sexualidade e prevenção de Aids com adolescentes e mulheres prostitutas e conta com um lema, adotado por suas quinhentas associadas: "Acabar com a dupla moral que separa a mulher honesta da prostituta".
- O Gempac (Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central de Belém do Pará) é uma das mais atuantes associações do Brasil. Fundada também em



## Na Irlanda, uma prostituta que tentou organizar suas colegas foi assassinada

1990, já promoveu diversos encontros locais e dois congressos estaduais. Sua presidente é Maria de Lourdes Barreto, 35 anos de prostituição. Tem diversos projetos em andamento, dos profissionalizantes para meninas e prostitutas mais velhas aos de saúde. Desenvolve projetos de prevenção de DST/Aids entre as colegas com apoio do Ministério da Saúde. Conta atualmente com cerca de cinco mil associadas e já é, de fato, uma associação estadual.

- Em 1991 foi criada a Associação Sergipana de Prostitutas, em Aracaju. Dois anos depois, o NEP (Núcleo de Estudos da Prostituição), de Porto Alegre.

A Aids entrou na agenda das prostitutas em 1989, quando a Rede participou, ao lado de outras ONGs, da primeira versão do Projeto Previna, do Programa Nacional de DST/Aids, do Ministério da Saúde, elaborando cartilhas informativas de prevenção de DST/Aids para prostitutas (*Fala Mulher da Vida*), travestis (*Estrela da Noite*) e michês (*Rapaz da Noite*). Nesse mesmo ano organizou o Segundo Encontro Nacional para discutir políticas de prevenção de Aids entre profissionais do sexo. Em maio de 1994 realizou o terceiro encontro, quando a organização passou a se chamar Rede Nacional de Profissionais do Sexo. O movimento conta também com um jornal, o *Beijo da Rua*, fundado em 1988 e que veicula notícias sobre a prostituição, seu cotidiano e políticas globais.

De 1988 até hoje surgiram diversas redes e associações em países da América Latina e Caribe, como Equador,

República Dominicana, Uruguai, México, Paraguai, Colômbia, Bolívia, Nicarágua. Na Europa, foram promovidos diversos encontros internacionais, inclusive no Parlamento Europeu de Estrasburgo (França). No entanto, numerosos intentos organizativos também foram bloqueados, devido à violência e ao controle social. Na Irlanda, por exemplo, uma prostituta que tentou organizar suas colegas foi assassinada. Na Tailândia, umas poucas mulheres tentaram organizar uma espécie de sindicato chamado Guarda Noturna de Tai, mas fracassaram pela pressão familiar, assédio policial e ameaças de donos de bordéis e hotéis.

Este histórico seguramente não é completo, existem grupos e iniciativas que ainda nos são desconhecidos. Al-



Zulmair Rocha

Prostituta algemada em árvore da 2ª D Rio de Janeiro, em 1987

## O despertar do conservadorismo da moral sexual influi diretamente no lugar da prostituta na sociedade

gumas organizações da década de 1970 se dissolveram nos anos 1980, mas em contrapartida se formaram muitas novas organizações.

### COMO OUTROS, UM MOVIMENTO SEM RUMO

Após 20 anos do movimento de prostitutas no Brasil, hoje a situação dele é semelhante a qualquer outro movimento social: sem rumo! A princípio, parece uma afirmação muito dura e

pessimista, mas acredita-se que está chegando o momento de começar a analisar o marasmo em que nos encontramos no que se refere à organização social. No fim dos anos de 1970 e início da década de 1980 houve grande mobilização social. Eram tempos de grande efervescência, contexto, aliás, em que, o movimento de prostitutas teve início.

Em termos de organização, seguimos os moldes das associações de moradores, já que não podíamos, legalmente, fundar sindicatos. Mas acabamos herdando deles o pior: todas as associações de prostitutas, sem exceção, criadas até hoje, estão estruturadas dentro da rigidez estatutária herdada da mentalidade cartorial dos sindicatos. Presidente tem poder quase que absoluto no campo formal estatutário e totalmente absoluto na prática. Assim, como o presidente do sindicato, da associação de moradores, da escola de samba, também a presidente de associação de prostitutas, quando se refere à organização, diz “a minha organização”, “as minhas meninas”, “a minha comunidade”. Perpetuam-se no poder e não investem na formação de novas lideranças.

Para o bem e para o mal, a zona de prostituição do Rio de Janeiro sempre fez história. Assim, o que acontece hoje naquela que foi a primeira associação de prostitutas, fundada na década de 1980, é bastante representativo dos problemas que o movimento enfrenta. A presidente perpetuou-se no poder, da fundação ao início da década de 1990, com poderes ditatoriais.

Quando a prefeitura resolveu tirar a zona do bairro do Estácio, iniciou-se um processo de negociação entre a associação e a prefeitura que culminou com o pagamento de uma indenização para que a mudança se realizasse. Um avanço! Só que todas as cafetinas, por

inércia, passaram uma procuração à presidente dando-lhe todos os poderes de negociação. O cheque de indenização foi emitido em nome dela e quando o recebeu, ela desapareceu. Claro que depois do ocorrido as cafetinas se uniram e conseguiram comprar outro espaço. Só que hoje dominam a associação e não permitem que prostitutas dela participem.

Esse modelo de organização está falido. Constatar a falência e a partir daí começar a pensar em novas formas de trabalho organizativo é um grande

### **O movimento conseguiu fazer com que a polícia e a sociedade percebessem que a prostituta também é cidadã**


desafio não apenas para o movimento de prostitutas como também para os demais. É um processo doloroso, mas de grande criatividade. É morrer para nascer novamente.

#### **O DESPERTAR DO CONSERVADORISMO DA MORAL SEXUAL**

Há também outra questão. A sociedade passa por movimentos cíclicos. Em se tratando da moral sexual, já passamos por um período de grande liberação, de liberdades conquistadas, principalmente pelas mulheres. Os tabus foram quebrados. Sexualidade e sexo deixaram de ser pecado e passaram a ser virtude. Já não havia medo e sim prazer. Hoje, nesse movimento cíclico estamos iniciando um novo período extremamente conservador. A virgindade volta a ser um valor a ser preservado, as relações monogâmicas passam a simbolizar prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e Aids.

Todos os dias, no horário nobre da TV, assistimos a um casal de jovens atores globais, limpos e saudáveis, protagonizando a nova campanha do Ministério da Saúde sobre prevenção de DST/Aids. Dizem eles: “Diminuem seus parceiros sexuais e usem camisinha”. Usar preservativo nas relações sexuais passa a ser uma atitude secundária em nome da monogamia sonhada pelos conservadores.

O despertar do conservadorismo da moral sexual influi diretamente no lugar da prostituta na sociedade: o estigma volta com toda a sua força. As minorias sexuais (prostitutas, gays, travestis, lésbicas, etc.), se não atentarem para o que está acontecendo, voltam para o gueto, do qual estavam começando a sair.

Apesar de tudo, não somos pessoas pessimistas. Acreditamos que precisamos encarar com coragem e clareza nossos avanços e também nossas mazelas. Só assim poderemos dar a volta por cima e começar de novo! No mesmo ano em que realizamos o Primeiro Encontro Nacional (1987), uma prostituta foi encontrada algemada no tronco de uma árvore nos fundos da 2ª Delegacia de Polícia do Rio. Era nesses termos a violência policial da época. O movimento conseguiu fazer com que a polícia e a sociedade percebessem que a prostituta também é cidadã. Não podemos deixar que fatos como esse voltem a acontecer — seja simbolicamente, pelas algemas do conservadorismo, ou na crueza da ação física —, e por isso é importantíssimo recuperar nosso sentido de luta e de indignação. Poder pelo poder é simplesmente nada. 

**Gabriela Silva Leite**, integrante da diretoria de KOINONIA, é diretora-executiva de DaVida — Prostituição, Direitos Civis, Saúde e fundadora da Rede Nacional de Profissionais do Sexo.

# Jornais: memória ou amnésia?

Ana Paula Goulart Ribeiro



Marta Strauch

Fazer um balanço da nossa história nos últimos vinte anos, levando em consideração o papel da mídia como lugar de memória, não é uma tarefa das mais fáceis. Implica em considerar os meios de comunicação como um local de tensão entre tendências aparentemente antagônicas

Nos últimos vinte anos, a imprensa fez, cotidianamente, o registro factual da história do País. Vários acontecimentos sociais e políticos de grande relevância foram narrados em suas páginas: o fim do AI-5 e a abertura política, o atentado no Riocentro, o movimento dos bóias-frias, a campanha das diretas-já, a morte de Tancredo Neves, o Plano Cruzado, a eleição e o *impeachment* do Collor, a morte de PC Farias, o Movimento dos Sem-Terra, os dois governos de Fernando Henrique Cardoso.

Os jornais, no entanto, foram mais do que simples testemunhas oculares.

Eles não apenas registraram, mas também participaram ativamente dos principais acontecimentos — algumas vezes foram o palco mesmo do seu desenrolar. Até porque, como sabemos, nenhum registro é ingênuo ou descomprometido. Nenhum registro só registra. Todo ele pressupõe o trabalho da linguagem, pressupõe uma tomada de posição dos sujeitos sociais.

Os jornais, ao narrar os acontecimentos nestes últimos vinte anos, foram enquadrando os fatos, selecionando alguns de seus aspectos, silenciando outros e apontando aqueles que deveriam ser memoráveis no futuro.



## A história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa

Quando narraram os fatos, registrando-os, foram produzindo uma idéia de história e, nesse mesmo processo, estruturando a memória da nação.

### OS JORNAIS COMO LUGARES DE MEMÓRIA

O processo de estruturação da memória nacional — processo, em última instância, de produção de sentidos — é um dos mais sensíveis às disputas e aos confrontos dos diferentes grupos sociais. A memória funciona e se constitui como instrumento de poder. “Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”, já o afirmou Jacques Le Goff (1994).

Pode-se postular a existência de duas formas de estruturação da memória coletiva. Há, de um lado, uma memória oficial que, ao selecionar e ordenar os fatos segundo certos critérios, se constrói sobre zonas de sombras, silêncios, esquecimentos e repressões. De outro lado, há, opondo-se à oficial, várias memórias coletivas subterrâneas que, seja nos quadros familiares, em associações ou em grupos étnicos, culturais ou políticos, transmitem e conservam lembranças proibidas ou simplesmente ignoradas pela visão dominante (Pollak, 1989).

Os limites entre essas duas memórias são, claro, muito difíceis de traçar. Apesar de obedecerem a lógicas diferentes, até mesmo opostas, não há en-

tre elas separação estanque. As memórias se perpassam, se contaminam pelo princípio dialógico que as constitui.

Todo processo de produção de memória, seja ele de que natureza for, pressupõe um trabalho de enquadramento, que é também de seleção. No caso da memória oficial da nação, esse trabalho tradicionalmente se alimentou do material fornecido pela história-disciplina. A história sempre teve um papel central no trabalho de constituição e de formalização da memória social, desde a época dos cronistas medievais — membros do clero contratados pelas casas reais para escrever suas histórias — até a das produções historiográficas propriamente ditas — que se realizaram, a partir do século XIX, no âmbito das universidades.

Acreditamos, no entanto, que a história foi perdendo esse papel na construção da memória oficial com a inserção das tecnologias de comunicação no tecido das sociedades industriais. Hoje, são os meios de comunicação — mais do que a academia, a literatura ou o Estado — o principal *locus* onde se realiza o trabalho sobre as representações sociais; são eles os construtores das narrativas que servem de âncora a uma idéia de nação e de identidade nacional; são eles que fornecem, no tempo, estabilidade e coerência a essas categorias.

Se os fatos históricos sempre foram resultado dos investimentos semiológicos realizados pela ciência histórica, nas sociedades contemporâneas isso mudou. O trabalho de investimen-

to de sentido sobre as transformações do social realiza-se hoje principalmente por meio das operações do discurso jornalístico. A mídia se tornou o lugar primordial de moldagem ideológica do mundo.

Os meios de comunicação passaram a ocupar uma posição institucional que lhes confere o direito de produzir enunciados em relação à realidade social aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros. A história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. São eles que detêm o poder de elevar os acontecimentos à condição de históricos. O que passa ao largo do mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância.

Qual é, no entanto, a especificidade da memória midiática em relação à memória histórica? Como as suas práticas mnemônicas foram se conformando nos últimos anos? Como a contemporaneidade — chamada por alguns de pós-modernidade — deixa as suas marcas no rememorar da mídia?

### OS JORNAIS COMO LUGARES DE ESQUECIMENTO

O jornalismo, enquanto prática discursiva, se diferencia bastante da história-disciplina. Ambos participam sistematicamente do trabalho social de constituição da memória. Entretanto, essa tarefa — que consiste em preencher de formas e conteúdos o tempo passado — eles o fazem segundo operações distintas.

A história busca o relato explicativo, centrado nas idéias de totalidade e de processo, tendendo a se interessar pela longa duração. A mídia se centra em alguns acontecimentos isolados, selecionados e promovidos à categoria de eventos. A história cria uma dimensão profunda no tempo, enquanto o jornalismo extrai uma sincronia na superfície das narrativas. A primeira enraíza os acontecimentos em uma cronologia, o segundo costura fatos diversos sem estabelecer entre eles relações causais. A história se faz em um *continuum*; a atualidade é um recomeçar a cada dia. O mundo do jornal é o aqui e agora.

Esse desejo de fruição plena no presente parece induzir os meios de comunicação ao enfraquecimento da consciência histórica e, conseqüentemente, da própria memória. Suas intrincadas redes de informação e acelerados ritmos de transformação tecnológica reforçam a sucessão frenética dos acontecimentos, fazendo com que o sentido dos fatos seja, com freqüência, superficializado. Na sociedade do espetáculo, o processo vertiginoso de transmissão e consumo de informações parece impedir a reflexão sobre o que fica.

O jornal (televisivo ou impresso) não deixa muitos despojos do que foi a notícia. Não sobra quase nada, como o afirmou Carlos Eduardo Lins e Silva: "Num dia só se fala de Panamá e Noriega. No dia seguinte, é só Iraque e Hussein. Em menos de um ano ninguém é capaz de lembrar quem foi Noriega ou por que ele foi importante, por que os Estados Unidos invadiram o Panamá, quais os problemas da política externa americana para a América Central. Depois é o Iraque que vai para o liqüidificador. É um processo vertiginoso de transmissão e consumo de informações em que o sentido dos fatos é com freqüência superficializado, quando não passa despercebido por todos."

## Na sociedade do espetáculo, o processo vertiginoso de transmissão e consumo de informações parece impedir a reflexão sobre o que fica

Os jornais constroem uma idéia de história, dão sentido aos fatos contemporâneos, mas não parecem construir memória. Isso porque os impulsos mnemônicos da mídia, ao contrário dos da história, são caóticos, fragmentários, flutuantes e não possuem um foco político e territorial claro.

Os vínculos entre jornalismo, memória e história são, entretanto, mais estreitos do que podem parecer à primeira vista. Ao selecionar, ordenar e enunciar as verdades factuais, a mídia jornalística produz uma idéia de história que se articula em dois níveis temporais: do presente (dos contemporâneos que consomem diariamente as enunciações jornalísticas) e do futuro (dos indivíduos que legarão essas enunciações com registros de um passado).

A idéia de história resultante do primeiro nível é aquela do âmbito do senso comum. Diz respeito à consciência que os indivíduos têm do processo social no qual estão inseridos, à relação que estabelecem com as transformações do seu próprio cotidiano. É a chamada história viva, registrada cotidianamente nos jornais.


Tida como o registro histórico por excelência, a mensagem jornalística acaba por também impor aos historiadores um modo de recordação do passado. Os meios de comunicação, sobretudo os jornais, vêm sendo, cada vez mais, utilizados como fonte primária em pesquisas históricas. Nesse mo-

mento, no entanto, os jornais são reapropriados a partir de outra lógica.

Temos já sublinhado, em outros trabalhos, a consciência que os próprios produtores de notícia têm da dimensão memorialista de sua prática e como eles a utilizam para fundamentar seus valores, para justificar sua deontologia. Um exemplo que nos parece bastante elucidativo é a campanha institucional lançada, há alguns anos, pelo jornal *O Globo*, cujo sugestivo *slogan* era "O jornal é a história de seu tempo".

O jornalismo desenvolve, assim, múltiplas — e às vezes contraditórias — relações de sentido com a dimensão histórica. Se em um primeiro momento distancia-se do discurso da história, como um lugar distinto de semantização dos fatos, em seguida a ele se articula, mesclando as suas lógicas. A mídia, é bom que não o esqueçamos, espetaculariza o real — profundamente marcada que está pelas práticas de seu tempo — mas também resguarda a legitimidade da representação objetiva.

Fazer um balanço da nossa história nos últimos vinte anos, levando em consideração o papel da mídia como lugar de memória, não é, portanto, uma tarefa das mais fáceis. Implica em considerar os meios de comunicação como um local de tensão entre tendências aparentemente antagônicas.

Os meios de comunicação desempenham um importante papel cultural nos processos mnemônicos de nossa época. A mídia não é apenas um dispositivo que leva ao enfraquecimento e esfacelamento da memória, mas uma dimensão em que amnésia e a memória coexistem e se relacionam, de forma tensa e contraditória. 

Ana Paula Goulart Ribeiro, jornalista e historiadora, pesquisadora do NUPEC/ECO/UFRJ e da Clio Pesquisa Histórica, doutoranda em Comunicação e Cultura na ECO/UFRJ.

# Duas décadas de Brasil

## Destques

**Helena Costa**

Vinte anos. Editar uma publicação sem interrupções durante todo este tempo é motivo de orgulho e celebração em qualquer redação ou editora deste país. Aniversário que tem um significado ainda mais especial para TEMPO E PRESENÇA, pertencente a uma esquecida categoria jornalística: a imprensa alternativa. O termo soa um pouco fora de moda, mas há razão para resgatá-lo: ele reflete muito da trajetória de nossa revista, surgida num período no qual esse tipo de produção significava coragem e resistência. Além do mais, não há maior preocupação entre todos nós — articulistas, leitores, editores — do que procurar “alternativas” para uma sociedade mais justa, solidária, feliz.

Duas décadas. Uma pequena porção de tempo diante dos 500 anos de história oficial — a serem comemorados no próximo ano com pompa, circunstância e boa dose de otimismo cínico. Entretanto, uma etapa da história da nação de importância incontestada, caracterizada pela redemocratização. Um período que começa com a anistia e se completa com o povo tendo o direito não apenas de eleger, mas também de reeleger o presidente da República — com todos os sabores que esse direito possa nos trazer...

Não resistimos à tentação de, numa data assim, olhar para trás e fazer uma revisão do período —

1979/1999 — na perspectiva de TEMPO E PRESENÇA. O que implica, necessariamente, utilizar uma perspectiva diferente do que faria a mídia "tradicional". Significa olhar para a história recente do Brasil pelo ângulo dos excluídos, registrando suas lutas, vitórias e derrotas.

O que apresentamos aqui é um painel de destaques, que certamente terá lacunas pois vinte anos de história não caberiam em poucas páginas, nem mesmo numa edição completa. Pretendemos apenas lembrar momentos marcantes de TEMPO E PRESENÇA e do Brasil. A caminhada foi longa e os "causos", alegres e tristes, inúmeros. Aproveitamos para agradecer sua companhia, leitor. Contamos com você nas próximas léguas...

1979-1983

Chora

a nossa pátria mãe gentil  
Choram Marias e Clarisses  
no solo do Brasil  
Mas sei que uma dor assim  
pungente  
não há de ser inútilmente

O BÊBADO E O EQUILIBRISTA, JOÃO  
BOSCO E ALDIR BLANC

O ano é 1979; a canção, interpretada por Elis Regina, torna-se o hino da luta pela volta dos exilados. As greves no ABC paulista desafiam a ditadura ao reunir em assembleias centenas de trabalhadores. Com esse cenário e esse fundo musical surge o primeiro número de TEMPO E PRESENÇA.

**T&P abraça a luta pela anistia**  
desde seu primeiro número, que traz um artigo sobre o tema na última capa. Na edição seguinte, publica o documento "Igrejas apóiam anistia". Em outubro T&P noticia o retorno de BRIZOLA, MIGUEL ARRAES e PAULO FREIRE.

**Outros tempos...** Nas primeiras edições de T&P não consta o endereço do CEDI e são raros os artigos assinados. Somente em setembro de 1980, mais de um ano depois de lançada, a revista publica seu endereço no expediente.



## Greves ... e há mais do que isto.

Além das grandes fazendas, em São Paulo há também uma concentração de pequenas propriedades, sobretudo no interior. São os chamados *sesmarias*. O Brasil possui atualmente 12 milhões de hectares de terra, sendo que 10 milhões são ocupados por 12 milhões de pessoas. Isso significa que cada pessoa possui, em média, 0,83 hectares de terra. No entanto, a distribuição é muito desigual. Segundo o IBGE, em 1996, 10 milhões de hectares pertenciam a 10 milhões de pessoas, enquanto 2 milhões de hectares pertenciam a 1 milhão de pessoas. Isso significa que cada pessoa possui, em média, 0,2 hectares de terra. A desigualdade é ainda maior se considerarmos a população urbana. Segundo o IBGE, em 1996, 10 milhões de hectares pertenciam a 10 milhões de pessoas, enquanto 2 milhões de hectares pertenciam a 1 milhão de pessoas. Isso significa que cada pessoa possui, em média, 0,2 hectares de terra.

Ministério da Cultura, o Departamento de Cultura do Estado de São Paulo, o Departamento de Cultura do Rio de Janeiro, o Departamento de Cultura do Rio Grande do Sul, o Departamento de Cultura do Paraná, o Departamento de Cultura do Mato Grosso do Sul, o Departamento de Cultura do Mato Grosso, o Departamento de Cultura do Acre, o Departamento de Cultura do Amazonas, o Departamento de Cultura do Amapá, o Departamento de Cultura do Roraima, o Departamento de Cultura do Pará, o Departamento de Cultura do Maranhão, o Departamento de Cultura do Piauí, o Departamento de Cultura do Ceará, o Departamento de Cultura do Rio Grande do Norte, o Departamento de Cultura do Paraíba, o Departamento de Cultura do Pernambuco, o Departamento de Cultura do Alagoas, o Departamento de Cultura do Sergipe, o Departamento de Cultura do Bahia, o Departamento de Cultura do Espírito Santo, o Departamento de Cultura do Minas Gerais, o Departamento de Cultura do Goiás, o Departamento de Cultura do Tocantins, o Departamento de Cultura do Distrito Federal, o Departamento de Cultura do Acre, o Departamento de Cultura do Amazonas, o Departamento de Cultura do Amapá, o Departamento de Cultura do Roraima, o Departamento de Cultura do Pará, o Departamento de Cultura do Maranhão, o Departamento de Cultura do Piauí, o Departamento de Cultura do Ceará, o Departamento de Cultura do Rio Grande do Norte, o Departamento de Cultura do Paraíba, o Departamento de Cultura do Pernambuco, o Departamento de Cultura do Alagoas, o Departamento de Cultura do Sergipe, o Departamento de Cultura do Bahia, o Departamento de Cultura do Espírito Santo, o Departamento de Cultura do Minas Gerais, o Departamento de Cultura do Goiás, o Departamento de Cultura do Tocantins, o Departamento de Cultura do Distrito Federal.



**Agosto de 1979:** Aprovada a LEI DE ANISTIA.

**"Educação é prática da liberdade":** em outubro de 1979, o educador PAULO FREIRE concede uma extensa entrevista à T&P — provavelmente uma das primeiras depois de seu retorno ao país.

**Ecos de Puebla:** na primeira edição de T&P, de junho de 1979, Frei Beto lançava seu livro "Puebla para o Povo", afirmando que "foi a própria pastoral popular que fez Puebla. A conferência exprime a caminhada popular da Igreja, como todas as suas oposições e tensões".

## VISITAS DO PAPA

Junho de 80: Primeira visita do Papa João Paulo II ao Brasil. Durante 12 dias o Papa visita diversas cidades, conhece favelas e presencia protestos.

1991: segunda visita do Papa ao Brasil — rápida e de pouca repercussão.

1997: João Paulo II vem ao Brasil para o II Encontro Mundial do Papa com as Famílias. Esta visita assemelha-se à primeira na grandiosidade dos eventos — como a missa no Maracanã e no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro. A vinda do Papa soa como uma resposta ao crescimento das igrejas pentecostais nos últimos anos.

Paulo Freire: Educação é Prática da Liberdade



**"Não está certo!"** Corajosamente, T&P protesta contra o assassinato do operário SANTO DIAS DA SILVA, durante uma greve de metalúrgicos em São Paulo. A matéria é ilustrada com uma charge de Henfil. Novembro de 1979.

Em 22 de janeiro de 1980, morre em condições extremamente suspeitas, ÂNGELO KRETÃ, liderança indígena, líder da luta dos kaingang

e guarani pela recuperação de terras expropriadas no Paraná.

**Fevereiro de 1980:** No dia 10, no Colégio Sion, em São Paulo, é fundado o PARTIDO DOS TRABALHADORES.

**Explosão na Ordem dos Advogados do Brasil** mata D. LYDA MONTEIRO, secretária da organização. O enter-

ro reúne cerca de dez mil pessoas. O atentado faz parte de uma série que atingiu bancas de jornais em todo o país e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, entre outras instituições. Agosto de 1980.

**Dezembro de 1980:** T&P registra a morte de JOHN LENNON em sua última página.

**Explosão no Riocentro** mata um sargento do Exército e fere um capitão em abril de 1980. No local estava sendo realizado um show para vinte mil pessoas em comemoração ao 1º de Maio. Em 1999 o caso foi reaberto pela Procuradoria de Justiça Militar.

**Novembro de 1981:** celebrada na praça do Carmo, em Recife — no mesmo lugar onde foi exposta a cabeça de Zumbi dos Palmares — a MISSA DOS QUILOMBOS. Reuniu cerca de oito mil presentes e teve como celebrantes d. Pedro Casaldáliga, D. Marcelo Carvalheira, D. José Maria e D. Hélder Câmara.

**Criado em novembro de 1982** o CONSELHO LATINO-AMERICANO DE IGREJAS — CLAI, com o objetivo de buscar a unidade das igrejas cristãs na América Latina e no Caribe.

**Novembro de 1982:** primeiras eleições diretas para governador desde 1965.

**12 de agosto de 1983:** assassinada MARGARIDA MARIA ALVES, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba.



# 1984-1988

## presença



## FALAM OS TRABALHADORES

**Agosto de 1983:** fundada a CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES.

O índio guarani MARÇAL DE SOUZA, liderança indígena de expressão nacional e internacional, é assassinado em 23 de novembro de 1983.

## presença



## DIRETAS JÁ!



## ASSEMBLÉIAS DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS 1979-1999

1983 – Vancouver: “Jesus Cristo — A Vida do Mundo”  
1991 – Canberra: “Vem, Espírito Santo, e Renova Toda a Criação”  
1999 – Harare: “Voltar-se para Deus com Alegria e Esperança”

*Já podaram seus momentos  
desviaram seu destino  
seu sorriso de menino  
quantas vezes se escondeu  
mas renova-se a esperança,  
nova aurora a cada dia  
e há que se cuidar do broto  
pra que a vida nos dê flor e  
fruto.*

**CORAÇÃO DE ESTUDANTE, WAGNER TISO E MILTON NASCIMENTO**

Este segundo período de cinco anos inicia-se não com uma música, mas com um grito: “Diretas já!”. Mais tarde, “Coração de Estudante” torna-se uma melancólica lembrança musical da época em que os brasileiros voltaram às ruas em massa — seja para reivindicar eleições, seja para chorar um presidente morto antes de tomar posse.

**1984:** o grande acontecimento do ano é a CAMPANHA PELA ELEIÇÕES DIRETAS, que reúne milhares de pessoas em comícios por todo o país. Derrotada a emenda que reestabelecia as eleições, resta aos setores progressistas da sociedade torcer pela eleição de Tancredo Neves — àquela altura, uma boa opção se comparada a outra alternativa, Paulo Maluf.



Com o título “A Teologia da Libertação no Tribunal do Santo Ofício” T&P cobre o indiciamento de LEONARDO BOFF pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé.

**Organiza-se o MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, o MST,** em 1984. Ao longo de seus quinze anos de luta torna-se um dos atores sociais mais destacados e importantes no processo de redemocratização e na luta pela reforma agrária no país.

O CEDI – Centro Ecumênico de Documentação, que então editava T&P, completa 10 anos de atividades. Marca a data com uma edição especial e com um selo comemorativo.



Lançado em 1985 o livro **BRASIL NUNCA MAIS**, um relato histórico sobre a tortura e outros métodos de repressão utilizados pela ditadura militar. O livro faz parte do “Projeto Brasil Nunca Mais”, organizado pela Arquidiocese de São Paulo com a colaboração de várias igrejas cristãs.

Em 21 de abril de 1985 morre o presidente TANCREDO NEVES. Assume o vice, José Sarney.

O Vaticano condena o Frei LEONARDO BOFF ao “silêncio obsequioso por um tempo conveniente”, em 1º de maio de 1985.



Bia/ Extraído do Boletim SIN

CEDI 1974-1984 10 ANOS



O governo lança, em março de 1986, o PLANO CRUZADO: muda a moeda, surtem os fiscais do Sarney, o PMDB elege vários governadores... e tudo fica na mesma.

**10 de maio de 1986:** assassinado PADRE JOSIMO MORAIS TAVARES, coordenador da CPT no norte de Goiás.

**Fernando da Silva Ramos**, que ficou conhecido nacionalmente como PIXOTE, após protagonizar o filme

## Padre Josimo e outros josimos na guerra do campo



Padre Josimo e outros josimos na guerra do campo

homônimo de Hector Babenco, é assassinado pela PM de São Paulo em 25 de agosto de 1987.

**Tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional** o conjunto monumental do terreiro da CASA BRANCA, terreiro de Candomblé mais antigo do Brasil. Em 8 de setembro de 1987.

**1988:** Centenário da ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO — diversos eventos, pesquisas, atos e manifestações marcam a data. No Rio de Janeiro, há tensão na passeata organizada pelo movimento negro, acompanhada em todo o seu percurso pelo exército.

**10 de julho de 1988:** morre SEBASTIÃO LAN, presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Cabo Frio.

**Promulgada a NOVA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA**, em 5 de outubro de 1988.

O exército invade a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e mata três operários. Em novembro de 1988.

**22 de dezembro de 1988:** assassinado CHICO MENDES, membro do Conselho Nacional dos Seringueiros e da direção nacional da CUT.

*Brasil!*  
Mostra a tua cara  
quero ver quem paga  
pra gente ficar assim  
Brasil!  
Qual é o teu negócio?  
O nome do teu sócio?  
Confia em mim.

BRASIL, CAZUZA, GEORGE ISRAEL E NILO ROMERO

Gravada por Gal Costa, a canção *Brasil* expressava a indignação de um país que acabava de assistir às manobras do presidente José Sarney para permanecer mais um ano no poder e preparava-se, finalmente, para votar para presidente.

**26 de abril de 1989:** a revista *Veja* estampa a foto de Cazuzza em sua capa com a manchete "Um artista agoniza em praça pública". A edição causa polêmica e revolta, especialmente pela manchete. Cazuzza assume estar com Aids após meses de boatos, e torna-se um dos primeiros artistas famosos, não hemofílico, a assumir a doença publicamente.

**Em 1989 a IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS compra a Rede Record de Televisão.** Era o início da formação de um poderoso grupo de comunicação que em 1999 já atinge 90% do território nacional.

**Novembro de 1989:** ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE. Os comícios do candidato do PT, Lula, reúnem milhares de pessoas nas capitais do país. Com



Douglas Mansur

As COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, nascidas nos anos de 1970, reafirmaram aos longo destes anos "um novo jeito de ser igreja", desempenhando também um papel importante no processo de redemocratização do país. Experimentaram um crescimento notável: no primeiro Encontro Intereclesial, em 1975, eram 70 participantes; em 1997 o evento reuniu cerca de 2.700 pessoas.

- 3º Encontro Intereclesial de CEBs – João Pessoa (PB), 1979 Tema: "CEBs: Igreja, Povo que se Liberta".
- 4º Encontro Intereclesial de CEBs – Itaipu (SP), 1981 Tema: "Igreja, Povo Oprimido que se Organiza para a Libertação".
- 5º Encontro Intereclesial de CEBs – Canindé (CE), 1983 Tema: "CEBs: Povo Unido, Semente de uma Nova Sociedade".
- 6º Encontro Intereclesial de CEBs – Trindade (GO), 1986 Tema: "CEBs: Povo de Deus em Busca da Terra Prometida".
- 7º Encontro Intereclesial de CEBs – Duque de Caxias (RJ), 1989 Tema: "CEBs: Povo de Deus na América Latina a Caminho da Libertação".
- 8º Encontro Intereclesial de CEBs – Santa Maria (RS), 1992 Tema: "CEBs: Culturas Oprimidas e a Evangelização na América Latina".
- 9º Encontro Intereclesial de CEBs – São Luís (MA), 1997 Tema: "CEBs: Vida e Esperança nas Massas".

## A HERANÇA DE CHICO MENDES



Chico Mendes, líder sindical em Roraima, em 1988, no dia de sua morte



apenas 9 anos de existência, o partido consegue realizar manifestações empolgadas e traz emoção para a campanha. Lula e Collor, o "caçador de Marajás", vão para o 2º turno, do qual Collor sai vitorioso.

**Anunciado em março de 1990** o PLANO COLLOR. Em um de seus primeiros atos no governo, Fernando Collor faz exatamente aquilo que dissera ser a intenção de seu adversário: confisca da poupança dos brasileiros. Lança nova moeda e afirma só ter "um tiro para atingir a inflação". Como se veria depois, o dito cujo saiu pela culatra.

O governo Collor e seu plano econômico atingem direta-

9.600.000 ha na fronteira com a Venezuela. Onze anos antes, em abril de 1981, T&P publicava uma poesia de Drummond, na qual o poeta clamava pela criação do parque.

O teólogo LEONARDO BOFF renuncia à sua condição de sacerdote e desliga-se da Ordem dos Franciscanos em junho de 1992.



Enrico Dantas

**Junho de 1992: ECO-92.** Uma das maiores reuniões de chefes de Estado sobre o Meio Ambiente. Paralelamente, no aterro do Flamengo, acontece o FÓRUM GLOBAL DAS ONGs. Biodiversidade, desenvolvi-

mento sustentado, educação ambiental e outros termos entram definitivamente na agenda política de governos e movimentos sociais.

**Criado o Movimento pela Ética na Política.** Liderado por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e a Associação Brasileira de Imprensa – ABI, o movimento entrega ao Congresso Nacional abaixo-assinado pedindo o impeachment de Fernando Collor de Mello.

**29 de setembro de 1992: IMPEACHMENT** de Fernando Collor de Mello. Assume Itamar Franco.

país daquele ano. Sentença da justiça, em 27/3/1998, determina que 85 dos 122 policiais militares acusados de participar do massacre devem ser levados a júri popular. Entre os réus estão 43 oficiais, incluídos os comandantes da operação, Luís Nakaharada, Vanderlei Mascarenhas e Ariovaldo



Paulo Castiglioni

*E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo diante da chacina/ 111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos/ ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres/ e pobres são como pobres e todos sabem como se tratam os pretos.*

HAITI, GILBERTO GIL E CAETANO VELOSO

**2 de outubro de 1992:** uma briga entre detentos no presídio do CARANDIRU, em São Paulo, dá início ao maior massacre penitenciário ocorrido no país e talvez em todo o mundo. A polícia militar invade a cadeia e mata 111 presos. Os laudos da perícia desmontam a alegação de legítima defesa e atestam: houve uma execução em massa. O governador do estado, Luiz Antônio Fleury, só anuncia o balanço oficial da tragédia no dia seguinte, após o encerramento da votação das eleições municí-

Sergio Salgado. O comandante-geral da operação, coronel Ubiratan Guimarães, está protegido pela imunidade parlamentar, já que ocupa uma cadeira na Assembléia Legislativa de São Paulo.

**1993: A AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A MISÉRIA E PELA VIDA,** mais conhecida como a campanha do BETINHO, mobiliza a sociedade.

#### TEMAS E PROBLEMAS

Uma análise das capas de T&P apontou os temas que com maior frequência foram matéria de capa da revista:

- igreja, ecumenismo, teologia: 25 capas
- excluídos (mulheres, negros, crianças e jovens, indígenas): 21
- questão agrária: 9
- educação, meio ambiente, economia, dívida externa: 6 capas cada.

**Abril de 1993, plebiscito:** em meio a graves problemas sociais crônicos e urgentes, a população vai às urnas decidir sobre MONARQUIA OU REPÚBLICA, presidencialismo e parlamentarismo. T&P publica matéria especial sobre o plebiscito.

**26 de julho de 1993:** CHACINA NA CANDELÁRIA — oito meninos de rua são assassinados na Candelária

**29 de agosto de 1993:** 21 moradores da favela de VI-GÁRIO GERAL são mortos pela ação de 52 policiais militares, numa vingança pela morte de policiais acontecida no dia anterior.

## IDAS E VINDAS DA ECONOMIA

Ao longo de seus vinte anos, T&P foi publicada no mesmo idioma e no mesmo país... entretanto, foi vendida em 5 moedas diferentes:

- jul/1979: Cr\$ 180,00 (cento e oitenta cruzeiros)
- março/1986: Cz\$ 10,00 (dez cruzados)
- jan/fev 1989: NCz\$ 0,50 (cinquenta centavos de cruzados novos)
- mar/abr 1994: 1,5 URV (uma unidade real de valor e meia)
- jan/fev 1996: R\$ 3,00 (três reais)

*Não importa nada/  
Nem o traço do sobrado,  
nem a lente do Fantástico/  
Nem o disco de Paul Simon/  
Ninguém/Ninguém é cidadão/...*  
*O Haiti é aqui/  
O Haiti não é aqui.*

HAITI, GILBERTO GIL E CAETANO VELOSO

De contradições e ambigüidades constitui-se o tema destes últimos anos. Por um lado, há conquistas inegáveis; por outro, atraso e desigualdades. Concluímos estas décadas e o milênio tentando ainda responder à pergunta inquietante: "Que país é este?"

**"A ousadia de superar-se multiplicando-se":** em 1994 o CEDI comemora seus vinte anos e anuncia sua dissolução. Surgem então outras instituições, dentre as quais KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO — que em 1995 passa a editar T&P.

1 9 9 4



C E D I

**Em outubro de 1994** realiza-se em Mendes, Estado do Rio de Janeiro, a 1ª JORNADA ECUMÊNICA. Mais de 400 participantes vindos de 23 estados e 11 países participam do evento, que dividiu-se em três blocos: Unidade Cristã, Igreja e Sociedade e Diálogo Pluricultural.

**Em julho de 1994:** o país mergulha na euforia do TETRACAMPEONATO de futebol, após um jejum de 24 anos.

**O governo agradece aos céus** o momento de otimismo e alegria e lança em julho de 1994 o PLANO REAL, capitaneado pelo então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso.

**Outubro de 1994:** Nova eleição para presidente. Lula é mais uma vez candidato, mas o eleito é Fernando Henrique Cardoso, alçado pelo sucesso do Real.

**1995:** 300 anos da morte de ZUMBI DOS PALMARES. A exemplo do ocorrido em 1988, a questão racial volta a obter destaque durante todo ano.

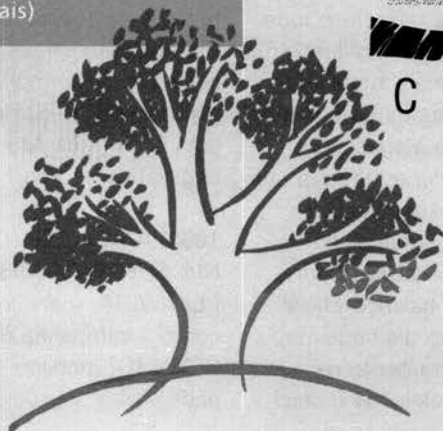
**Em 12 de outubro de 1995** o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Sérgio von

## LONGEVIDADE

As crônicas de Rubem Alves são uma marca indelével de T&P. Sua coluna começou a ser publicada na edição de abril de 1983 e mantém-se até hoje, sem interrupções.

Helde Luiz, chuta uma imagem de Nossa Senhora Aparecida em programa religioso exibido pela TV Record. O episódio gera muita polêmica; em 30/4/1997 o bispo é condenado pela 12ª Vara Criminal de São Paulo, a dois anos e dois meses de prisão por crime de discriminação religiosa e vilipêndio (desprezo) a imagem.

**Massacre em ELDORADO DOS CARAJÁS:** manifestantes sem-terra fecham uma estrada no Pará, protestando em 17 de abril de 1996. A PM chega para reprimir a manifestação. Resultado: 19 mortos. Em novembro de 1997, a Justiça decide que o comandante da PM de Marabá (PA), o comandante da corporação em Parauapebas (PA), e mais 151 PMs serão submetidos a júri popular. A acusação contra os 153 PMs é de homicídio doloso qualificado (intencional), cuja pena vai de 12 a 30 anos de prisão. O governa-



JR Ripper



dor do Pará, Almir Gabriel (PSDB), e o secretário da Segurança, Paulo Sette Câmara, que deram a ordem para a ação da PM, não foram responsabilizados.

**T&P engaja-se na campanha** contra a exposição de elementos de arte sacra negra no MUSEU ESTÁCIO LIMA, em Salvador, onde estão reunidos objetos relativos a ações criminais. A mobilização dá resultado e os objetos são reintegrados às suas comunidades de origem.

**25 de fevereiro de 1997:** aprovada na Câmara dos Deputados a emenda constitucional que permite a REELEIÇÃO do presidente, dos governadores e dos prefeitos.

**Sancionada em 7 de abril de 1997** a lei que caracteriza a TORTURA FÍSICA OU MENTAL como crime inafiançável, passível de prisão por até vinte anos. Até então, a tortura física era considerada lesão corporal e não estava prevista no Código Penal.



**20 de abril de 1997:** o índio pataxó hã-hã-hãe, GALDINO DE JESUS DOS SANTOS, é queimado vivo numa parada de ônibus de Brasília por quatro jovens.

**4 de junho de 1997:** decreto publicado pelas Forças Armadas anuncia um calendário de festividades cívicas do qual não consta o dia 31 de março. Nessa data, os militares tinham por hábito comemorar o início do Regime Militar de 1964 no Brasil.

**Em 29 de junho de 1997,** os fazendeiros Adailson Gomes Vieira, Geraldo Paulo Vieira e Guiomar Teodoro da Silva são condenados a, respectivamente, 19, 18 e 14 anos de prisão pela morte em 1986 do PADRE JOSIMO TAVARES. Eles foram incriminados como mandantes do crime por Geraldo Rodrigues da Costa, contratado para matar Josimo e condenado em 1988 a 18,5 anos de prisão.

**16 de outubro de 1997:** assassinado FULGÊNCIO MANOEL DA SILVA, coordenador do Pólo Sindical do Submédio São Francisco.

Também completa vinte anos em 1999 o Pólo Sindical do Submédio São Francisco. Formado por trabalhadores rurais atingidos por barragens, conquistou um projeto inédito de reforma agrária, mas continua lutando para ter seus direitos respeitados e cumpridos.

**Em 1998,** o Nordeste viveu uma das piores SECAS do século, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os efeitos da estiagem se alastraram por 1.374 municípios e atingiram onze milhões de pessoas. Em algumas localidades do agreste de Pernam-

buco, as chuvas chegaram a ser 98% inferiores à média histórica. Com a fome vieram os saques. Supermercados e depósitos de alimentos de prefeituras de cidades do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco foram saqueados.



**Em sua edição maio/junho de 1998** T&P denuncia o AMI – ACORDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS. Proposto pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o acordo previa, na prática, a perda da soberania das nações para o capital financeiro.

**Dezembro de 1998:** Assembleia do CMI — 50 ANOS DE ECUMENISMO.

tempo e presença

tempo e presença

tempo e presença

TEMPO e PRESENÇA



tempo e presença

Publicação de NOTÍCIAS • Nº 301 • Ano 20 • Setembro/Outubro de 1998 • R\$ 3,00

**Ecumenismo: 50 anos de uma aventura**

Zwinglio Neto Dias  
Johann Pereira Bandeira  
Antonio Gouveia Mendonça  
Paulo César Loureiro Barros  
Osvaldo Figueira Mattos  
Paulo Aguiar Mattos



50 ANOS DE  
DECLARAÇÃO  
UNIVERSAL DOS  
DIREITOS  
HUMANOS

Helena Costa, jornalista e editora-assistente de TEMPO E PRESENÇA.



# Os grandes: aquém da necessidade dos povos

Na balança dos avanços e retrocessos da reunião das sete maiores potências mundiais (G7), o que ficou patente é que ainda existe uma série de contradições e lacunas a serem preenchidas. Mesmo com uma mobilização mundial em solidariedade aos empobrecidos que pode dar um novo sentido ao futuro da humanidade



A campanha do Jubileu 2000 pelo cancelamento das dívidas continua depois da reunião do G7 em Colônia, pois os resultados foram gravemente insuficientes. As decisões anunciadas ao final da reunião, ainda que representem um passo adiante na luta pela anulação das dívidas, ficaram muito aquém das expectativas. A sociedade civil apresentou dezessete milhões de assinaturas

recolhidas no mundo inteiro pedindo a anulação das dívidas dos países mais pobres. Foi uma grande vitória para a Campanha Internacional do Jubileu 2000, que certamente influenciou na decisão do G7 de criar "o maior programa de perdão de dívidas da História" (*O Globo*, 19/6/99).

Achamos necessário enfatizar que o que há de positivo na Iniciativa de Colônia resulta da enorme pressão exercida pela sociedade civil planetária em favor de um jubileu das dívidas na virada do milênio. Este é um fenômeno novo, inédito, de enorme importância para o futuro da humanidade: cidadãos do mundo inteiro se uniram num movimento consciente de solidariedade com os povos empobrecidos e lograram pressionar os poderosos a abandonar, pelo menos em parte, suas políticas usurárias e injustas.

As repercussões disso já se fazem sentir, tanto em termos do enfraquecimento do monolito que aparenta ser o capitalismo global quanto da emergência de uma globalização efetivamente cooperativa e solidária. Mas o discurso dos presidentes do G7, dizendo que a carga da dívida desses países está resolvida, não é verdadeiro.

O programa de anulação da dívida dos países mais pobres anunciado em Colônia é, sem dúvida, um progresso. Resulta de uma importante mudança de posição dos governos e das agências multilaterais.

## OS AVANÇOS

Vejamos brevemente em que consistiram essas decisões:

1. O discurso oficial fala na anulação de US\$ 90 bilhões de dívidas de 33 dos países mais pobres. US\$ 70 bilhões seriam anulados por integrantes do G7 e outros US\$ 20 bilhões por outros países credores. Esse total representaria até 70% das dívidas dessas nações, cuja dívida total seria de US\$ 127 bilhões.
2. A ajuda financeira a esses países seria quadruplicada, passando dos atuais US\$ 13 bilhões para US\$ 50 bilhões.
3. O Fundo Monetário Internacional (FMI) realizaria um plano de venda de dez milhões de onças das suas reservas de ouro (menos de 10% dos 104 milhões de onças que controla) para cobrir parte do custo da dispensa dos compromissos financeiros dos países pobres.
4. Seria criado o Fundo do Milênio, com US\$ 2 bilhões disponíveis.
5. Uma nova condicionalidade da Iniciativa de Colônia consistiria em exigir dos países credores que provem estar usando os benefícios da anulação primeiramente para educação, sobrevivência infantil, saúde (fazem menção explícita ao combate à Aids), maior transparência em relação ao orçamento nacional e consulta mais ampla com a sociedade civil no desenvolvimento e implementação de programas econômicos.

6. O responsável por decidir que nações estariam qualificadas para beneficiar-se da anulação será o FMI.

Comentários favoráveis ao programa de anulação do G7 foram pronunciados por entidades civis como o escritório de Washington da Oxfam Internacional e representantes da Coalizão Jubileu 2000 nos Estados Unidos, segundo o *Washington Post* (19/6/99).

### AS INSUFICIÊNCIAS

Sem deixar de reconhecer os aspectos positivos da Iniciativa, notemos que há diversas inadequações, insuficiências e lacunas:

1. A Iniciativa de Colônia é apenas uma extensão da iniciativa PPAE – Países Pobres Altamente Endividados (HIPC – Highly Indebted Poor Countries). Embora sem a ênfase de antes, o ajuste neoliberal das economias que se beneficiarão da anulação, dirigido pelo FMI, continua sendo uma condicionalidade fundamental. Esse ajuste não tem resultado em reais benefícios para as populações, conforme reconhece o próprio Banco Mundial. Continua envolvendo condicionalidades que punem a maioria da população e subordinam os governos aos controles dos credores.

2. Apenas 33 dos 41 países mais pobres e mais endividados (da lista do Banco Mundial) seriam beneficiados e apenas 20 poderiam preencher todas as condições impostas. Países muito ca-



### AMEAÇA À SOBERANIA

Em dezembro deste ano será instalada, na cidade norte-americana de Seattle, a chamada Roda do Milênio da Organização Mundial do Comércio (OMC). Estados Unidos e Inglaterra já agem abertamente para obter dos 131 países-membros um tratado que substitua o fracassado Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) e proíba as sociedades e os Estados nacionais de adotar inúmeras medidas consideradas nocivas aos direitos do capital.

Se a proposta for adiante, as nações pertencentes à OMC (entre elas o Brasil) renunciarão, por exemplo, a impor limites à comercialização de alimentos transgênicos, a constituir estoques de alimentos destinados a combater a fome (*buffer stocks*), a tratar de forma preferencial as empresas nacionais, a restringir as fusões entre empresas para preservar a concorrência. Além disso, estarão obrigadas a liberar por completo as movimentações de capital e até a adotar uma política de *trade facilitation*, que equivale relaxar ao máximo os controles alfandegários nos portos e aeroportos.

Fonte: *Boletim Prometheus*, 1/6/1999.

A maioria dos pobres do mundo vive em países como Índia, Indonésia, Brasil, Bangladesh, Paquistão, México, mas nenhum desses países foi contemplado pela política de anulações ou reduções do G7 em Colônia

rentes, como República Democrática do Congo, Sudão, Libéria, Serra Leoa e Angola estariam excluídos. A maioria desses países tem que pagar mais do que recebe: em 1997, pagaram US\$ 8,2 bilhões aos credores externos, ao passo que receberam empréstimos no valor de apenas US\$ 8 bilhões. Tanto o Banco Mundial quanto o FMI (que é o maior credor) recebem mais desses países do que emprestam. Moçambique, o mais pobre de todos, mesmo depois da redução da dívida externa, continuaria comprometendo 40% do seu orçamento com o serviço da dívida.

3. Apesar do anúncio de uma anulação pelos países do G7 no valor de US\$ 70 bilhões, estima-se que, dadas as condicionalidades e mais detalhes técnicos, apenas US\$ 25 bilhões serão efetivamente cancelados. Isso representa apenas 12% do total da dívida dos 41 PPAE, que é de US\$ 205 bilhões. Mesmo que o total anulado ve-

**A ajuda é orientada apenas para o alívio à pobreza, ao passo que medidas estrategicamente efetivas para a erradicação da pobreza via combate aos fatores do empobrecimento continuam tímidas ou ausentes**

nha a alcançar os anunciados US\$ 90 bilhões, a quantia representa não mais do que a fortuna do maior cidadão bilionário dos Estados Unidos e do Norte Global (ver Revista *Forbes*).

4. A maioria dos pobres do mundo vive em países como Índia, Indonésia, Brasil, Bangladesh, Paquistão, México! Mas nenhum desses países foi contemplado pela política de anulações ou reduções do G7 em Colônia! O Tribunal Brasileiro da Dívida Externa apresentou no seu Veredicto diversas propostas para superação do sobreendividamento brasileiro que bem se aplicam aos outros países chamados “de renda média”, altamente endividados e empobrecidos.

5. O FMI continua sendo uma instituição falida em termos sociopolíticos. Suas receitas têm levado populações inteiras a mais carência e nações a cada vez menos soberania. Portanto, social e eticamente o FMI não estaria qualificado para escolher que países vão ter

o direito à anulação, nem para reger seus processos de ajuste.


6. A transferência de riquezas do Sul para o Norte inclui principalmente dois mecanismos: os pagamentos da dívida e o comércio desigual. Ambos são fatores de empobrecimento que neutralizam os minguados benefícios da ajuda oficial que vem do Norte. Recentemente os preços dos produtos vendidos pelos países do Sul vêm caindo, enquanto as taxas de juros aplicadas ao serviço da dívida tendem a aumentar outra vez. O Sul tem menos rendimento com suas exportações e, ao mesmo tempo, é obrigado a pagar mais, receita segura de insustentabilidade.

7. O aceno de que a ajuda oficial será aumentada para os países beneficiários fica muito aquém da necessidade. Por um lado, a ajuda oficial do Hemisfério Norte continua caindo. Em 1998, os países do Hemisfério Sul pagaram US\$ 250 bilhões aos credores, mas receberam pouco mais de US\$ 30 bilhões de ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA), que em 1990 era de US\$ 54 bilhões. Além disso, a ajuda é orientada apenas para o alívio à pobreza, ao passo que medidas estrategicamente efetivas para a erradicação da pobreza via combate aos fatores do empobrecimento continuam tímidas ou ausentes.

8. Junto com o Banco Mundial e “outras agências financeiras internacionais”, o FMI estaria assim desonerando os países ricos em US\$ 50 bilhões do custo total desse gesto “altruísta”. Lembremo-nos de que o dinheiro do Banco Mundial tem por objetivo o de-

envolvimento, e não a ciranda financeira. Por outro lado, a previsão de perda pelos Estados Unidos com o programa não passa de US\$ 200 milhões, de novo segundo o *Washington Post*.

A Campanha Jubileu Sul, que alia organizações sociais da Ásia, África e América Latina, continua lutando pela anulação integral das dívidas públicas de todo o Hemisfério Sul; em favor da auditoria da dívida externa; pelo congelamento das fortunas dos ditadores e corruptos do Hemisfério Sul que estão nos bancos dos países ricos e, depois de investigação, seu retorno aos países de origem via fundos de desenvolvimento geridos democraticamente; pela cessação dos programas de ajuste estrutural, pela introdução de controles e impostos sobre transações financeiras internacionais.

O Fórum da Sociedade Civil, que se realizou paralelamente à Cimeira, discutiu o fato de que a União Européia pode certamente fazer muito mais em relação às dívidas da América Latina e Caribe, a fim de gerar relações mais justas e igualitárias de comércio. Anulação das dívidas e comércio justo são formas efetivas de combater frontalmente os fatores de empobrecimento e desigualdade. 

Extraído do *Informe PACS Jubileu 2000*, número 7. Comissão: Adhemar Mineiro, Eduardo Callado, João Luis D. Pinaud, Marcos Arruda, Nelson Le Cocq, Reinaldo Gonçalves, Sandra Quintela.



# Mulheres e poder

Marta Suplicy

É preciso "feminilizar" o mundo do poder, do poder das decisões em qualquer nível. Não no sentido apenas de ter mais mulheres, mas de possibilitar que o modo feminino de pensar o mundo seja também incorporado, e confronte a hegemonia e a supremacia do jeito masculino

O tema mulher e poder entrou na agenda nacional muito fortemente nesta década. Mas, ao se falar nisso, logo nos remetemos ao número de mulheres em cargos eletivos. Ou no número de executivas ou diretoras de grandes empresas (13%). Ou de ministras (cadê elas, senhor presidente?), secretárias de Estado (quantas são em seus governos?), etc. Outras abordagens também precisam ser aprofundadas, e que dizem respeito a problemas de raiz, de estrutura, do simbólico arraigado na cultura. Se só mudar de mãos o poder, mas não mudar o gênero, o tipo do poder, não se mudará o mundo.

A humanidade é formada por duas metades diferentes, porém iguais em dignidade e direitos (reconhecimento explícito somente neste século). E só numa delas, até agora, é que se sustenta o poder em si, a ideologia do poder, a prática do poder. Ela se marca não só pela sua presença física mas pelas características que a cultura lhe imputou.

Poder ainda é, majoritariamente, sinônimo de masculino, de macho e de tudo o que o masculino representa em nossa cultura: força, agressividade, dominação, segregação, imposição, autoritarismo, centralização. Com os resultados que conhecemos: violência, discriminação, corrupção, fome, doença.

Certa vez fiz uma comparação com o que sentia ao chegar ao Congresso Nacional, em 1995, com a manifestação de uma parlamentar australiana. Nossas visões coincidiam: a estrutura

dos parlamentos, os horários de sessões, os tipos de prioridades de investimento refletiam um Congresso feito para quem não tem que se preocupar com a vida privada, a familiar, os filhos, e sim para quem tem alguém em casa especialmente preocupado com isso, isto é, a esposa. Não havia licença-maternidade para mulheres parlamentares, nem creches para uso de parlamentares, tanto homens quanto mulheres.

A avaliação do comportamento das parlamentares ficava entre elogiar modos "femininos" mas desqualificá-los, admirar-se com qualidades "masculinas" na ação parlamentar das mulheres, mas achá-las, também, inadequadas. Por outro lado, à medida que mais mulheres entram nos parlamentos, temas sociais mais esquecidos vão tomando corpo: legislações referentes a direitos das mulheres, de portadores de deficiência, idosos, creches, educação, crianças e adolescentes, combate à discriminação, etc.

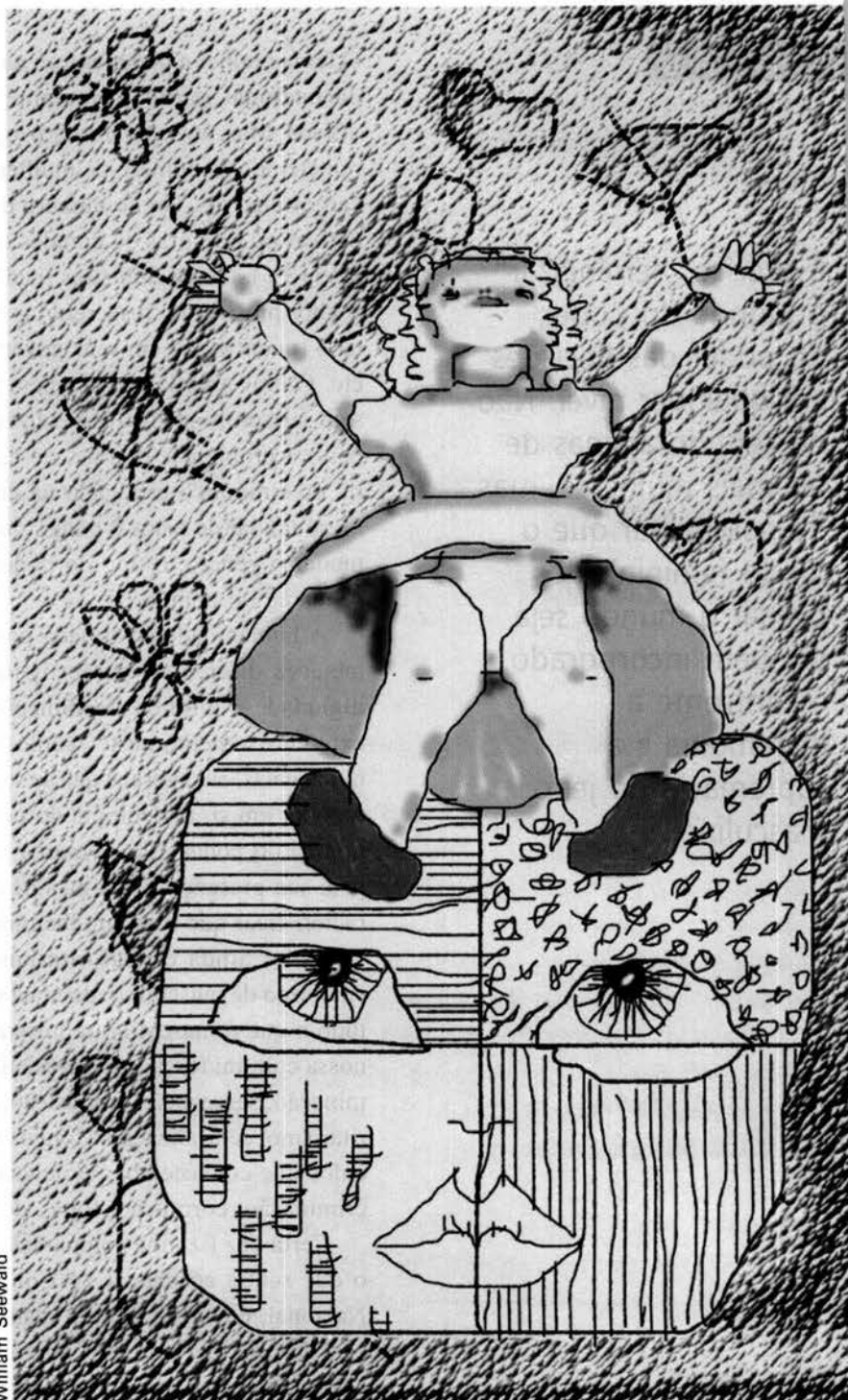
Temos, sim, que encontrar um jeito de fazer política com garra, competência, unindo qualidades consideradas masculinas e as consideradas femininas. Se o poder vai ser misto, o jeito dele também. Um jeito novo, em construção. O poder tem que deixar de ser exclusivamente masculino não apenas em relação ao sexo das pessoas que o exercem, mas quanto ao simbolismo cultural. Nesse aspecto, não temos ainda um modelo enraizado.

Por isso, reflitamos: O que muda

com mulheres dividindo os espaços de poder? Só os números? Para que lado pendeu a balança: reproduziram as velhas práticas políticas ou provocaram mudanças estruturais no poder? Ana Alice Costa, por exemplo, mostra que, na maioria das vezes, nas décadas passadas, a presença de mulheres na política nordestina demarcava a continuidade dos clãs... Não tendo um homem para suceder ao patriarca, ia a mulher, e reproduzia direitinho o modelo. Ou seja, em vez de o grande número de mulheres significar aumento da autonomia, representa reforço da submissão às diretrizes ditadas pelos homens. Também no espaço público, extensão do poder privado, domínio *versus* submissão.

Mas não podemos subestimar o lado simbólico. A presença física das mulheres no poder vai formando um caldo de cultura e uma mudança no imaginário: mulher também pode ser política. Nos anos de 1990 a confluência das lutas crescentes pela autonomia, pelos direitos das mulheres e pela democracia encontrou nessas mulheres do Nordeste, as mesmas que entraram pelas trilhas familiares, também um terreno fértil para bons impactos. Vemos hoje mulheres políticas que emergiram no cenário também nordestino, advindas de lutas sociais, justamente em confronto com os coronelismos locais.

O que não se aceita mais hoje é que as mulheres políticas sejam prepostas de homens, ou que sigam o velho modelo patriarcal, machista, autoritário de governar. A história de vida das mulheres, a excessiva e solitária responsabilidade pelo cuidado de vidas humanas (o lar, as crianças, os idosos, os doentes, os desvalidos) deram-lhes diferente visão de mundo, diferente olhar sobre a realidade, um olhar de sensibilidade, de emocionar-se com a tristeza alheia e de sentir a dor da outra pessoa. Re-



William Seewald

conheço que sua história as leva a fazer opções diferentes, a ter mecanismos mentais treinados, de forma diferente, reações diferentes.

No momento em que o País parte para uma postura de submissão aos organismos financeiros internacionais e paga sua contrapartida em cortes nos gastos sociais, ou seja, na diminuição das verbas para programas de renda mínima, projetos sociais, educação e saúde, faz diferença ter alguém nos governos que tenha esse olhar feminino sobre a realidade — o olhar da solidariedade, do acolhimento, da tolerância, da justiça, e com competência e conhecimento profundo da realidade.

Até o momento, as mulheres prioritariamente são as depositárias desse olhar. A cultura as levou a isso. Mas não pensem que irei afirmar que, porque as mulheres esticam o orçamento doméstico, elas entendem de economia nacional. Não é assim a mera transposição de conhecimentos e hábitos privados para o mundo da gestão pública.

Têm sido os homens no poder — a forma masculina de poder — que o exercem com uma promiscuidade enorme entre o público e o privado, como se fora um príncipe regendo o seu pequeno império... familiar. Foram cerca de 940 gerações (segundo Alvin Toffler, dez mil anos) de domínio do masculino nas esferas decisórias. E deu no que deu: progresso, mas genocídio; tecnologia, mas concentração de bens e conhecimentos; democracia e consensos mundiais sobre direitos humanos... e dois terços da humanidade passando fome de alimentos e de autonomia.

É preciso ter a sabedoria de buscar o novo, pesar bem o limite entre emoção e razão, tolerância e convívio, promoção e assistencialismo. Entre formas de gestão do privado e formas de gestão do público, entre micro e

macro. É preciso saber que o acolhimento aos deserdados é dever humano, mas a superação da razão de ser deserdado é compromisso coletivo da sociedade e do Estado. Se o modelo de 940 gerações não deu conta de garantir a felicidade humana, senão para todos, mas para a maioria da humanidade, seria desumano exigir que as mulheres, por si sós, alterassem esse modelo.

Por isso, quero ressaltar a importância, a legitimidade e a justiça das ações afirmativas de direitos e de oportunidades para as mulheres, para lhes compensar o *gap* histórico imposto em relação ao mundo público. É vital estimular o uso da palavra, abrir espaços para crescimento do dom da negociação ética, para processos de capacita-

### Repensar as estruturas de poder só pode acontecer se as pessoas repensarem suas estruturas mentais para manejo do poder

ção sobre coisas do mundo público, para as quais os homens foram exercitados desde cedo (embora de um modo que queremos superar).

Com a lei de cotas de mulheres candidatas, mudamos em quatro anos o que levaríamos 58 anos para fazer — de 1934 a 1992, 56 anos, fomos de 1 a 7% de parlamentares municipais; de 92 para 96, o salto foi de 7% para quase 12% (na Argentina, em quatro anos, de 10% para 22%). As cotas ainda são o melhor apoio instrumental de aumento de mulheres no poder.

No entanto, não é por acaso que em alguns estados diminuiu a representação parlamentar feminina. Tempo e dinheiro são recursos imprescindíveis para uma eleição, e nisso, se não há

medidas afirmativas, as mulheres sempre perdem.

Sempre é bom ver um pouco de história e reconhecer que, ao longo do tempo, mulheres ousaram sair do confinamento imposto e foram tecendo os fios da consciência coletiva de igualdade que hoje temos.

### MULHERES E LUTAS POLÍTICAS

Podemos imaginar — ao final da Idade Média — a repercussão causada pelos escritos da francesa Christine de Pisan (1364-1429) colocando-se contra a subordinação feminina imposta pela Igreja e defendendo a igualdade entre os sexos. Duzentos anos depois, outra francesa, Marie de Gournay (1566-1645), escreveu sobre a necessidade de participação da mulher na sociedade. Na Revolução Francesa, Olympe de Gouges representou a resistência à desigualdade e opressão e foi guilhotinada pelos ex-companheiros de Revolução.

No Brasil, a presença das mulheres em lutas sociais, no espaço público, é remota. No século XVIII, a negra Tereza chefou o Quilombo de Quariterê até 1770, quando foi presa e morreu. Um grande espaço de luta das mulheres na história do Brasil foi no processo abolicionista e nos quilombos. Segundo alguns pesquisadores, Luiza Mahin nasceu na África por volta de 1812. Foi a mãe do poeta Luiz Gama, o poeta abolicionista, e foi presa por participar de rebeliões de negros e deportada para a África.

Onde está ela em nossa história oficial? Segundo o livro *Fragmentos de uma vida*, Maria Firmina dos Reis é considerada autora do primeiro romance abolicionista escrito por uma brasileira, o livro *Ursula*, publicado em 1859. Temos também Chiquinha Gonzaga (1848) e outras mulheres que participaram do movimento abolicionista.



E Auta de Souza? Do Rio Grande do Norte (1876-1910), foi uma mulher das letras e da imprensa. Seu livro *O Horto*, em 1901, foi prefaciado por Olavo Bilac. Foi considerada por Oto Carpeaux a mais alta expressão de nosso misticismo, embora tenha morrido, tuberculosa, aos 25 anos de idade. E antes dos 20, já escrevia na imprensa.

Mas a visão que ainda se tem das mulheres é de que eram excelentes voluntárias em tempo de guerra, cumprindo, na vida pública, o que faziam na vida privada: cuidar das pessoas, cobrindo as falhas dos poderes públicos. Isso ontem, isso hoje ainda.

Muitos jornais do final do século passado traziam artigos sobre as mulheres. E de mulheres. O jornal anarquista "Terra Livre" publicou manifestos das costureiras Teresa Fabri, Teresa Cori e Maria Lopes, conclamando as trabalhadoras a não se deixarem levar por falsas promessas.

O Brasil já foi palco de muitas mobilizações no início do século. Mas não havia TV, as mulheres tinham menos acesso à educação, os jornais não circulavam diariamente nem chegavam ao interior do País. E a ordem patriarcal era bem mais repressora que agora... Em 1901, 700 mulheres fizeram piquete numa greve, denunciando violências sexuais que sofriam numa fábrica de São Paulo, a Tecidos Santana. Ainda em 1989, as mulheres processavam a De Millus por revista íntima indevida...

Em 1903, no Rio de Janeiro, as tecelãs organizaram greve geral em apoio a uma operária despedida ao voltar da maternidade, pelo homem que a engravidara. Ainda em 1999, há mulheres discriminadas por serem férteis... e muito assédio sexual acontecendo.

Em 1917, Bertha Lutz participou de encontro internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no

qual foi aprovado o princípio de salário igual para trabalho igual. Em 1999, a quantas anda a aplicação disso?

Em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (da qual também Berta Lutz foi expoente) mobilizou milhares de mulheres pelo voto e por direitos trabalhistas. Em 1953, houve a famosa greve das 300 mil, mobilizando mulheres em todas as capitais e que marcou a criação de muitos departamentos femininos em sindicatos. Depois, com a ditadura, isso se perdeu, e só se reacendeu na década de 1980. Iríamos longe no tempo, mostrando que a ação pública das mulheres vem de muito tempo. Mas é sempre uma ação de luta por direitos, e não de possibilidades de intervenção em novos rumos na vida pública.

## À medida que mais mulheres entram nos parlamentos, temas sociais mais esquecidos vão tomando corpo

As mulheres têm o limite de usar o poder... da pressão, da reivindicação. Dinamizam-se relações sociais, mas não se consegue o poder de fato. Falando alto o que não se queria ouvir. Com coragem, mas sem o poder de transformar contextos. Todavia, com a paciência histórica de quem sabe que um dia há de mudar e haverá possibilidades de interferir, de buscar formar mentalidades diferentes e conquistar corações solidários à causa da justiça.

### NOVAS PRÁTICAS POLÍTICAS

As estatísticas mostram que as mulheres hoje têm, em média, mais anos de escolaridade do que os homens. Edu-

cação, primeiro passo para acesso ao poder.

A imprensa, o quarto poder, está crescentemente incorporando mulheres, algumas como chefes de redação e não apenas como repórteres, já que "mulheres perguntam mais e investigam melhor"...

Então... estamos modificando o contexto público pela presença das mulheres? Eu diria que sim. Só a presença física já dá um tom diferente. E mais: vejam as pautas dadas por mulheres que dirigem centros e departamentos acadêmicos, revistas femininas, entidades, Câmaras Municipais, etc.

Diria que é preciso "feminilizar" o mundo do poder, do poder das decisões em qualquer nível. Não no sentido apenas de ter mais mulheres, mas de possibilitar que o modo feminino de pensar o mundo seja também incorporado, tirando a hegemonia e a supremacia do jeito masculino de pensar o mundo, que nos tem trazido guerra, lutas fratricidas, violência, discriminação, preconceito, corrupção, autoritarismo, descaso com a exclusão social e direitos humanos.

Repensar as estruturas de poder só pode acontecer se as pessoas repensarem suas estruturas mentais para manejo do poder. Do poder político, do poder da imprensa, do poder do conhecimento, do poder da organização social.

Queremos equilíbrio e parceria para a paz e o desenvolvimento com justiça!

Marta Suplicy, psicóloga, foi deputada federal pelo PT entre 1995 e 1999.

# O padre Marcelo

**E**stou temendo pela segurança do padre Marcelo Rossi. Pelo que sei, tenho suspeitas de que confabulações secretas estejam acontecendo sobre a melhor maneira de se livrar dele. O fato é que ele escapuliu aos controles institucionais.

Quando ele apareceu foi aquela felicidade. Surgia finalmente, na Igreja Católica, alguém com carisma comparável ao dos pregadores evangélicos que reúnem multidões. Com o padre Marcelo o entusiasmo voltou aos fiéis católicos. "Entusiasmo" – palavra maravilhosa que quer dizer "ter um deus dentro de si mesmo". O padre Marcelo fez a fé católica dançar. Todos os que participavam das suas missas – não tenho notícia de missas que se parecessem com as suas! – ficavam possuídos pela alegria. E quem está possuído pela alegria está possuído pelo Espírito Santo. Deus é alegria!

Mas agora estou perturbado por uma dúvida que é quase certeza. O Leonardo Boff me contou que, nos interrogatórios a que foi submetido no Vaticano, presididos pelo inquisidor-mor, caçador de heresias, cardeal Ratzinger, a pergunta repetidamente feita a ele era a seguinte: "Por que você virou protestante?"

O protestantismo (que nada tem a ver com os chamados "evangélicos") é coisa insidiosa e sutil. Feito certas doenças. A pessoa está doente e não sabe que está doente: pegou sem saber como. Pois eu acho que o padre Marcelo pegou a doença. Continua vestido com as roupas da saúde católica. Mas o jeitão dele indica que ele foi infectado pelo vírus protestante. Afirmação tão absurda requer explicações. É o que vou fazer.

A despeito de suas diferenças, católicos e protestantes estão de acordo num ponto: existe um lugar terrível que espera os pecadores: o Inferno. Para livrá-los desse destino horrível o Filho de Deus morreu na cruz.

Agora os pecadores podem ter esperanças de entrar nos céus: por causa dessa tragédia, o sacrifício do Filho de Deus na cruz.

No cosmos não há evento que seja mais importante. Tanto assim que ele se constitui no centro da liturgia católica: a cada missa que se celebra, Cristo é de novo crucificado, para salvação dos pecadores.

Tragédia de tal magnitude não combina com risos e alegria. Quando Deus morre o universo inteiro chora. Diante da tragédia só resta chorar. Missa é tristeza por uma tragédia presente. O coração tem de estar triste. A cabeça se curva, contrita. O corpo se ajoelha.

O protestantismo discordou. Argumentou que os méritos do Filho de Deus são infinitos. Sendo infinitos, sua morte na cruz uma vez tinha de ser suficiente para pagar todos os pecados havidos e por haver. Se morrer uma vez não foi suficiente, isso quer dizer que seus méritos não eram infinitos; se não eram infinitos ele não era o Filho de Deus. Assim, repetir o sacrifício é não acreditar nos méritos infinitos do Filho de Deus. É dizer que Deus salda contas pendentes a prestação. Daí que, para os protestantes, a eucaristia não pode ser a repetição do sacrifício de Cristo. O sacrifício de Cristo foi uma vez por todas. Eucaristia não é tristeza por uma tragédia presente; é alegria por uma tragédia ausente. Agora é só memória do que já foi. O coração tem permissão para rir de alegria. Quem não se alegra é porque não acredita. O corpo salta e dança.

Vendo as missas do padre Marcelo, fico a pensar: e a tragédia cósmica, onde ficou? E a tristeza, para onde foi? As missas do padre Marcelo se parecem mais com a eucaristia protestante que com as missas católicas. O povão, que nada entende de teologia e heresia, não percebe. Entrega-se ao entusiasmo. Dança de alegria.



Vanda Freitas

Mas os olhos do cardeal Ratzinger estão atentos. O padre Marcelo corre perigo.

Mas há outra razão para minha suspeita de heresia protestante nas coisas do padre Marcelo: é que as suas missas dançarinas escapam ao controle dos bispos. Elas são eventos subversivos da hierarquia eclesiástica. Explico.

A Igreja Católica se entende como um canal por meio do qual a graça divina flui e chega até os homens. Sem esse canal institucional, formado por bispos e sacramentos, a graça não chegaria e os homens estariam perdidos. Daí a antiga fórmula teológica: "Fora da Igreja não há salvação".

Os protestantes discordaram. Disseram que Deus é livre. Não transferiu o controle de sua graça para instituição alguma. Ela é como o sol, que ilumina todos, bons e maus. Como a chuva, que cai sobre os campos dos justos e dos injustos. O sol e a chuva são como a

graça de Deus. Não há nenhuma instituição que os administre e distribua. Deus não precisa de intermediários. Ele toca diretamente os corações dos homens, o único templo verdadeiro que há. Assim, o que garante a graça não é a instituição que pretende ter o monopólio da sua distribuição mas a experiência íntima que toma conta do corpo e da alma da pessoa.

Com o padre Marcelo eu me dei conta do sentido teológico da dança, coisa na qual nem católicos e nem protestantes prestaram muita atenção. É sabido que alguns salmos ordenam que Deus seja louvado com instrumentos de percussão e dança. Mas não sei de nenhum teólogo que tenha escolhido a dança como objeto de investigação. Sei de uma seita protestante, nos Estados Unidos do século passado, cujos cultos consistiam em dançar até o ponto do êxtase. Quando isso ocorria eles se sentiam possuídos pelo Espírito Santo. Eram os *Shakers*: os que sacudiam e tremiam. Para eles, a experiência carismática era essencialmente corpórea. Deles conheço um lindo hino que gosto de cantar: *The Lord of the Dance* (O Senhor da Dança): "Dance, dance, quem quer que você seja! Eu sou o senhor da dança, diz Deus..."

Outra experiência espiritual com a dança, eu a tive na África, participando de um culto pentecostal. Tudo acontecia ao ritmo dos tambores. Era um carnaval maravilhoso. Ninguém ficava nem triste e nem parado. Um amigo cubano, dançando no cordão que ia até a cesta onde se colocava o dízimo, me disse, rindo: "É a primeira vez que dou dinheiro rindo e dançando..."

A dança é uma experiência de possessão. O ritmo se apossa do corpo. Não é preciso pensar. A música basta. Possuído pelo ritmo, o corpo se transforma numa obra de arte. E quem é obra de arte se sente do tamanho do universo.

As missas do padre Marcelo são experiências coletivas de possessão pela música. De novo, o entusiasmo. Quem está possuído pela dança tem um deus dentro de si. Não carece de mediações. Quem está dançando é alegria pura, ignora bispos, dogmas e sacramentos. As missas dançantes do padre Marcelo são eventos subversivos da ordem eclesiástica. O padre Marcelo, como mestre da dança, se encontra fora da ordem institucional. É, assim, culpado da heresia protestante: ele distribui entusiasmo fora dos canais institucionais autorizados. Temo, assim, pela segurança dele. Os olhos e os ouvidos do cardeal Ratzinger estão em toda parte. ☺



**Este espaço está  
reservado para você**

**anuncie aqui**

**TEMPO E PRESENÇA abrange todo  
o território nacional, com público  
seleto que pode e deve conhecer  
seu produto ou atividade**

**Maiores informações com Rosane Salvi,  
pelo telefone (0\*\*21) 295-4624**



# JAIME WRIGHT:

## tópicos de uma vida

❖ Jaime Stuart Wright, dupla cidadania (norte-americano e brasileiro), bem mais brasileiro. Nasceu em Santa Catarina (julho 12, 1927). Estudou teologia reformada em Princeton, ordenando-se ministro presbiteriano; grande, física e espiritualmente; um verdadeiro mestre em organização institucional. Teve o sono interrompido por fortes dores no peito e quando pediu à esposa Alma que chamasse um médico, já era tarde. Os espíritos alertas contra aqueles que envergonharam a Pátria brasileira em mais de duas décadas perdemos o grande companheiro em 29 de maio, um sábado, na cidade de Vitória, onde residia.

❖ Entre as muitas lutas que sustentou pelos direitos humanos, pela dignidade da pessoa humana, duas se destacam por terem durado mais e cansado o coração vitimado naquela madrugada de sábado: a dura maratona para encontrar o paradeiro do irmão Paulo; e a outra maratona para levar a termo o projeto *Brasil: Nunca Mais*.

❖ Paulo Wright tinha sido o deputado mais votado em Santa Catarina. Pôs sua casa, seus bens, seu jipe à disposição dos exploradíssimos pescadores do rico litoral catarinense. Estes, sem recursos, tinham que vender o fruto da pesca a preço para lá de vil aos atravessadores e donos dos frigoríficos, que ganhavam, na simples intermediação, fortunas. Paulo conscientizou (os golpistas de 1964 detestavam esta prática) aqueles homens e colaborou na organização de quase trinta cooperativas. Eles puderam ir direto aos consumidores com preços mais baixos e com produtos bem melhores. O ódio sumiu com ele. Afinal era a revolução do ódio, do medo, dos bem-postos; era a revolução da caça predadora às pessoas que pensavam em liberdade, em fraternidade, em brasilidade.

❖ Jaime bateu em centenas de portas, aqui, entre as autoridades, na embaixada do Norte, e no exterior, para tentar certificar-se de que Paulo estava morto ou para que lhe devolvessem essa certeza com o corpo do irmão.

❖ Entre 1979 e 1985 fez a ligação entre o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, o Conselho Mundial de Igrejas (de Genebra) e a equipe que realizou a pesquisa do projeto *Brasil: Nunca Mais*, um projeto que pôde “conhecer” todos os documentos bem guardados aqui e ali pelos órgãos da repressão. Após a realização da pesquisa, durante a qual a equipe teve de mudar de endereço diversas vezes, atuou como coordenador na fase final de redação e divulgação dos resultados e se responsabilizou diretamente por várias traduções e edições do livro no norte de nossa América e na Europa. Essa foi a sua segunda grande maratona.

❖ Jaime, com outros dois companheiros na fé que sempre resiste — cardeal Arns e o rabino Henry Sobel — concelebraram, na catedral da Sé, em São Paulo, o momento histórico de imensa relevância que foi o ato ecumênico em memória do jornalista Wladimir Herzog, assassinado nas masmorras da revolução do ódio, mãe de muitas violências, especialmente a econômica. Esse momento memorável deu-se em outubro de 1975.

❖ A história de um Brasil que se levantou das cinzas odientas plantadas clandestinamente em cemitérios idem, ou jogadas ao mar nos assassinatos aéreos coletivos, essa história não pode ser escrita sem referir o nome desse pastor presbiteriano, pai de cinco filhos e avô de oito netos. E sempre que se quiser que políticos e jornalistas dignos mantenham as cabeças erguidas com dignidade há que rever essa epopéia escrita a sangue e tortura que é todo o arquivo por trás de *Brasil: Nunca Mais* — nessas páginas está, em cada linha, o nome de Jaime e de seus companheiros que permaneceram fiéis à grandeza deste seu País.

❖ Jaime se foi... que não se vão jamais os baluartes de uma lembrança que não pode ser apagada sob pena de traição à honra nacional.